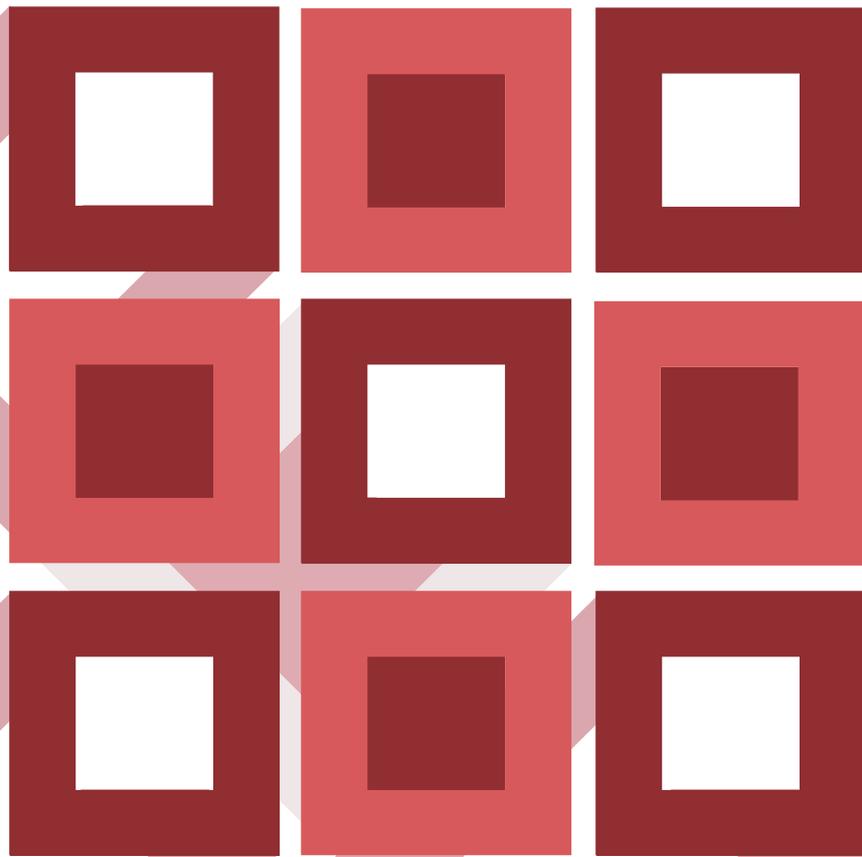


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

# **CARTA SOCIAL**

## *REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS*

### **2000**



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PROSPECTIVA E PLANEAMENTO

## Agradecimentos

O DEPP quer aqui manifestar os agradecimentos à União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, à União das Misericórdias e à União das Mutualidades pelas diligências efectuadas junto das instituições suas associadas no sentido de facilitarem a disponibilização da informação necessária.

De igual modo, exprime-se uma palavra de gratidão aos técnicos dos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pela preciosa colaboração no acompanhamento e controle do trabalho de campo, bem como a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a elaboração da Carta Social 2000, que agora se divulga.

Por último, apraz-nos ainda registar a disponibilidade demonstrada pelos responsáveis das instituições inquiridas, facilitando assim a recolha da informação.

## Índice

	Pág.
<b>Prefácio</b>	
<b>As pessoas, ainda e sempre, primeiro.</b> <b>José Manuel Simões de Almeida, Secretário de Estado da Solidariedade e da</b> <b>Segurança Social</b>	<b>4</b>
<b>Sinopse</b>	<b>8</b>
<b>1. Nota Introdutória</b>	<b>9</b>
<b>2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos sociais</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Entidades proprietárias</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Equipamentos sociais</b>	<b>14</b>
<b>2.3 Equipamentos e valências por áreas de intervenção</b>	<b>17</b>
<b>3. Financiamento dos equipamentos sociais</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Financiamento para investimento</b>	<b>22</b>
<b>3.2 Financiamento para funcionamento</b>	<b>26</b>
<b>4. Análise das respostas sociais por áreas de intervenção</b>	<b>31</b>
<b>4.1 Distribuição espacial das respostas sociais</b>	<b>31</b>
<b>4.2 Valências, capacidades e utentes</b>	<b>33</b>
<b>4.2.1 Área da infância e juventude</b>	<b>37</b>
<b>4.2.2 Área da família e comunidade</b>	<b>41</b>

<b>4.2.3 Área da reabilitação e integração de pessoas com deficiência</b>	<b>44</b>
<b>4.2.4 Área da população idosa</b>	<b>47</b>
<b>4.2.5 Áreas da toxicod dependência e das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e suas famílias</b>	<b>51</b>
<b>4.2.6 Áreas da saúde mental e das pessoas em situação de dependência</b>	<b>53</b>
<b>4.3 Redes solidária e lucrativa</b>	<b>54</b>
<b>4.4 Acordos de cooperação por áreas de intervenção</b>	<b>58</b>
<b>4.5 Taxas de utilização e de cobertura</b>	<b>60</b>
<b>Posfácio</b>	
<b>Não há boas políticas sem bom planeamento.</b>	
<b>Luís Capucha, Director-Geral do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento</b>	<b>63</b>
<b>Anexos</b>	
<b>Nomenclaturas e Conceitos</b>	<b>67</b>
<b>Índice iconográfico</b>	<b>80</b>
<b>Ficha Técnica</b>	<b>85</b>

## **PREFÁCIO**

### **As pessoas, ainda e sempre, primeiro**

Em Julho de 2000 foram publicados, na forma de Carta Social, os resultados do primeiro levantamento da rede de serviços e equipamentos sociais efectuado pelo Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Ficaram-se a conhecer os recursos de que o país dispunha nesta área no ano de 1998, bem como o ritmo a que esses recursos foram sendo criados ao longo do tempo.

Evidenciava-se então que, por força de uma política consistente e coerentemente conduzida, o investimento público no crescimento da rede e no apoio ao funcionamento dos serviços tinha aumentado de modo muito significativo, em particular a partir de 1995. O número de equipamentos existentes em 1998 era 9.607, englobando 1.480 valências promovidas pelo sector empresarial privado, 9.432 valências do sector público e 9.408 valências no sector solidário (dados que incluíam os estabelecimentos de educação pré-escolar cuja tutela passou a ser totalmente assumida pelo Ministério da Educação, e integrando, portanto, a rede escolar, e que, para efeitos comparativos, não constam desta nova edição). Abrangiam então 438.556 utentes. Desses equipamentos 893 já existiam antes de 1974. Entre esta data e 1981 o ritmo de crescimento foi próximo dos 100 novos equipamentos por ano, número que subiu para valores acima dos 200 entre 1981 e 1995. Daí até 1998 o ritmo de crescimento anual foi de 500 novos equipamentos criados em cada ano.

O investimento público era no PIDDAC da ordem dos 3 milhões de contos em 1994, tendo passado para 3,5 milhões de contos em 1996 e quase duplicado para 5,5 milhões de contos em 1999. O apoio fornecido ao funcionamento, pela via directa ou dos acordos de cooperação com as instituições de solidariedade, era de 36 milhões de contos em 1990, pouco mais de 76 milhões de contos em 1995, ascendendo a 111 milhões de contos em 1998.

Seria compreensível que, num país com recursos limitados como o nosso, à medida que a rede ia crescendo e que se ia cobrindo o território, o ritmo de crescimento do investimento e do apoio ao funcionamento fosse abrandando. Mas não foi o que se verificou.

O número total de equipamentos cresceu 16% em relação a 1998, enquanto as valências cresceram 12%, os lugares criados 16% e o número de utentes 27%. O PIDDAC teve também um crescimento acentuado, particularmente em 1999. O apoio nominal por utente cresceu, nos casos de maior necessidade, entre 76 e 90%. A comparticipação total no apoio ao funcionamento, a preços de 1995, cresceu 50,1% até 2000, no caso das valências para a Infância e Juventude, 285,5% nos serviços para a família e comunidade, 153,9% no caso da invalidez e reabilitação e 88,8% nas valências para a terceira idade.

Estamos, assim, a cumprir os objectivos que nos propusemos. Desde logo, continuar a alargar a rede, como claramente demonstram os números apresentados. Depois, ultrapassar as barreiras psicológicas que impediam que muitos utentes potenciais se dirigissem a certas valências, como as que passam pela permanência no seu domicílio, num contexto em que as prioridades também se passaram a orientar para a qualidade. O crescimento mais acentuado dos utentes (27%) do que dos lugares criados (16%), num quadro que, à partida, se caracterizava por elevadas taxas de utilização, traduz uma melhoria da eficiência, e o facto de terem encerrado, entre 1998 e 2000, cerca de 167 equipamentos e 679 valências, uma boa parte delas em função de uma campanha de fiscalização das condições em que os serviços eram prestados, constituem indicadores desse acréscimo de qualidade – que foi, de resto, potenciada pelo lançamento de programas, como o Plano Avô, a esse fim especificamente destinados. Por último, a aposta prioritária em respostas mais integradas, mais articuladas com o desenvolvimento local e mais focalizadas nos grupos com maiores necessidades, detecta-se pelo crescimento verificado nos apoios às famílias e comunidade, aos lares residenciais e de apoio para utentes sem autonomia e dependentes, os centros de acolhimento temporário para crianças em risco e o apoio domiciliário, a mais forte aposta estratégica desde 1995.

O crescimento do investimento do PIDDAC concentrou-se até 1997 nas valências para a infância/juventude e para a terceira idade, tendo depois vindo a equilibrar-se, atingindo 31% do total no primeiro dos grupos, 37% no segundo e 21% na invalidez e reabilitação e 11% na família e comunidade.

Os limites para o crescimento da despesa pública estão a ser alcançados, à medida que a cobertura das diferentes necessidades vai sendo conseguida. Mas é preciso notar que nem só do esforço do Estado pode depender essa cobertura. Em primeiro lugar, as famílias devem ocupar um lugar cimeiro na assumpção das suas responsabilidades para com os seus membros mais vulneráveis ou carenciados. Depois, o próprio mercado e o sector solidário têm um papel determinante. Também a este respeito as evoluções parecem indicar

tendências positivas. Na verdade, apesar de minoritárias, as empresas prestadoras dos serviços tipificados da acção social contribuíram com a maior fatia para o crescimento do investimento verificado, tendo também existido um maior equilíbrio entre as diversas fontes (PIDDAC, FEDER, Fundo de Socorro Social, autarquias, receitas e fundos próprios dos promotores, donativos).

O nosso país chegou quase ao termo do século XX com uma carência intolerável de equipamentos e serviços sociais, resultado de uma política de delegação das responsabilidades de protecção nas famílias, a níveis de verdadeira indigência, dada a pobreza generalizada que se verificava, praticada em claro contra-sentido em relação ao que se fazia por toda a Europa. Os ritmos de crescimento das respostas representaram e, em parte, continuam a representar um esforço enorme para suprir as carências que herdámos.

Mas, ao mesmo tempo, verificaram-se processos acelerados de mudança, como o da concentração urbana das populações, do envelhecimento, de organização familiar (com crescente atomização dos núcleos e recuo das redes de suporte da família alargada), de entrada das mulheres no mercado de trabalho, entre outros. Assim, novas necessidades nasceram em locais onde não estavam localizados os equipamentos, mais pessoas dependentes – nomeadamente idosas – requerem serviços e cuidados, mais famílias necessitam de serviços prestados a elas próprias e às colectividades em que se inserem, bem como, principalmente, aos seus membros não activos, de modo a que as mulheres se libertem para a participação social e laboral.

Também as exigências se modificaram. Riscos que antes eram tidos por fatalidades, como a deficiência, são hoje assumidos como problemas que compete à sociedade resolver com a prestação dos cuidados de reabilitação adequados; doenças crónicas ou sociais idênticas às que antes levavam à ostracização dos pacientes, como o HIV/SIDA ou a toxicodependência, obrigam hoje, e muito justamente, ao tratamento dos pacientes. Uma vida em que se começa a aprender, desde as mais tenras idades, com o enquadramento de profissionais, constitui um requisito da sociedade da informação. O acesso a cuidados de qualidade, que permita manter a qualidade de vida por muito mais tempo, é hoje um direito de todos os cidadãos.

Permanecemos, pois, tão empenhados como no passado recente no desenvolvimento da rede de equipamentos e serviços sociais, tanto no sentido do crescimento da oferta, como no domínio da qualidade.

Pretendemos acrescentar racionalidade no crescimento, garantindo equilíbrio na distribuição espacial, orientada por critérios de necessidade e focalização dos problemas, justiça na diferenciação positiva dos mais vulneráveis e eficiência na adequação das respostas aos efectivos problemas das pessoas.

Asseguraremos qualidade a cada cidadão beneficiário da rede pela garantia do exercício de direitos, desde logo o direito a um projecto de vida querido, e pela satisfação das suas necessidades que devem ser consideradas exigências a atender.

Entendemos este esforço como uma componente importante do processo global de desenvolvimento e modernização do país cujo fim último é a qualidade de vida de *todos* os cidadãos, no presente e no futuro. Os resultados alcançados encorajam. O empenhamento das famílias, das empresas e, principalmente, das instituições de solidariedade constituem um incentivo adicional.

Vamos, pois, prosseguir na direcção que tomámos e que a presente actualização da Carta Social testemunha. Continuamos a pensar, em primeiro lugar, nas pessoas.

**José Manuel Simões de Almeida**

**Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social**

## **SINOPSE**

A Carta Social 2000 constitui uma actualização dos elementos considerados mais relevantes da rede de serviços e equipamentos sociais do Continente que, desde 1998, têm vindo a ser recolhidos, tratados e disponibilizados pelo Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O documento que agora se publica apresenta a caracterização geral da rede de serviços e equipamentos sociais, os aspectos mais significativos do seu financiamento e uma análise das diferentes respostas por áreas de intervenção, retratando a situação em 2000 e, sempre que possível, estabelecendo uma análise comparativa da evolução registada.

Na actualização desenvolvida foi possível verificar um reforço e consolidação das respostas já existentes, com um aumento de 15,5% dos equipamentos sociais em relação ao ano de 1998 e um crescimento de 11,7% das valências neles instaladas.

Entre 1998 e 2000 foram criadas novas respostas sociais, dirigidas, fundamentalmente, às áreas da população idosa em situação de dependência, com a criação das Unidades de Apoio Integrado e a dinamização do Apoio Domiciliário Integrado e da saúde mental, com a instalação dos Fóruns Socio-Ocupacionais e das Unidades de Vida Apoiada, Protegida e Autónoma.

De igual modo, verificou-se uma melhoria da cobertura espacial, quer ao nível dos equipamentos e respostas instalados, quer da população abrangida, com particular relevância para os grupos mais desfavorecidos.

Por último, procurou-se também dar a conhecer o esforço financeiro por parte do Estado destinado ao investimento e funcionamento corrente dos equipamentos e serviços, tendo este último ultrapassado os 153 milhões de contos no ano de 2000.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A “Carta Social”, elaborada com base nos elementos actualizados junto dos equipamentos sociais em 2000, ao nível do Continente, consubstancia-se num instrumento global contendo a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos sociais sob tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Efectivamente, a fluidez dos problemas e mudanças sociais, tem conduzido a uma evolução das respostas e estruturas de protecção social, que importa actualizar, atendendo, fundamentalmente, à importância que releva este documento para o planeamento e gestão da acção social, bem como no apoio ao cidadão e aos diferentes actores sociais. Daí que, com o propósito de actualizar a informação anteriormente publicada (Dezembro de 1998), o DEPP desenvolveu em Novembro e Dezembro de 2000 novo processo de inquirição presencial, dando lugar à Carta Social 2000, que, depois da divulgação de uma versão preliminar, concretizada apenas na objectividade dos quadros numéricos e na simplicidade elucidativa dos gráficos, edita-se agora comentada na sua versão definitiva.

O âmbito desta Carta Social, se por um lado contém novas respostas entretanto criadas, deixou de abranger a rede do pré-escolar, que passou a integrar o sistema educativo, conforme o estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo e no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar (D.L. n.º 115-A/98)

A breve prazo, o DEPP, com a colaboração do ISSS, passará a proceder a uma actualização em tempo real das alterações verificadas na rede de serviços e equipamentos, bem como ao enriquecimento da informação disponibilizada com dados complementares que possibilitem uma avaliação da situação e um planeamento mais rigoroso.

---

Nota: Os valores percentuais apresentados no texto deste documento foram arredondados para a unidade próxima, por excesso ou por defeito, de acordo com a regra geral comumente utilizada, exceptuando-se as situações em que este procedimento não permitiria verificar a evolução registada.

## 2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Pretende-se com a caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dar a conhecer o universo das entidades proprietárias e dos equipamentos sociais existentes, segundo a natureza jurídica das mesmas, bem como o número de valências por áreas de intervenção, e, sempre que possível, analisar as tendências evolutivas registadas.

### 2.1 ENTIDADES PROPRIETÁRIAS

Quadro N.º 1

NÚMERO DE ENTIDADES PROPRIETÁRIAS, SEGUNDO A NATUREZA JURÍDICA, POR DISTRITO

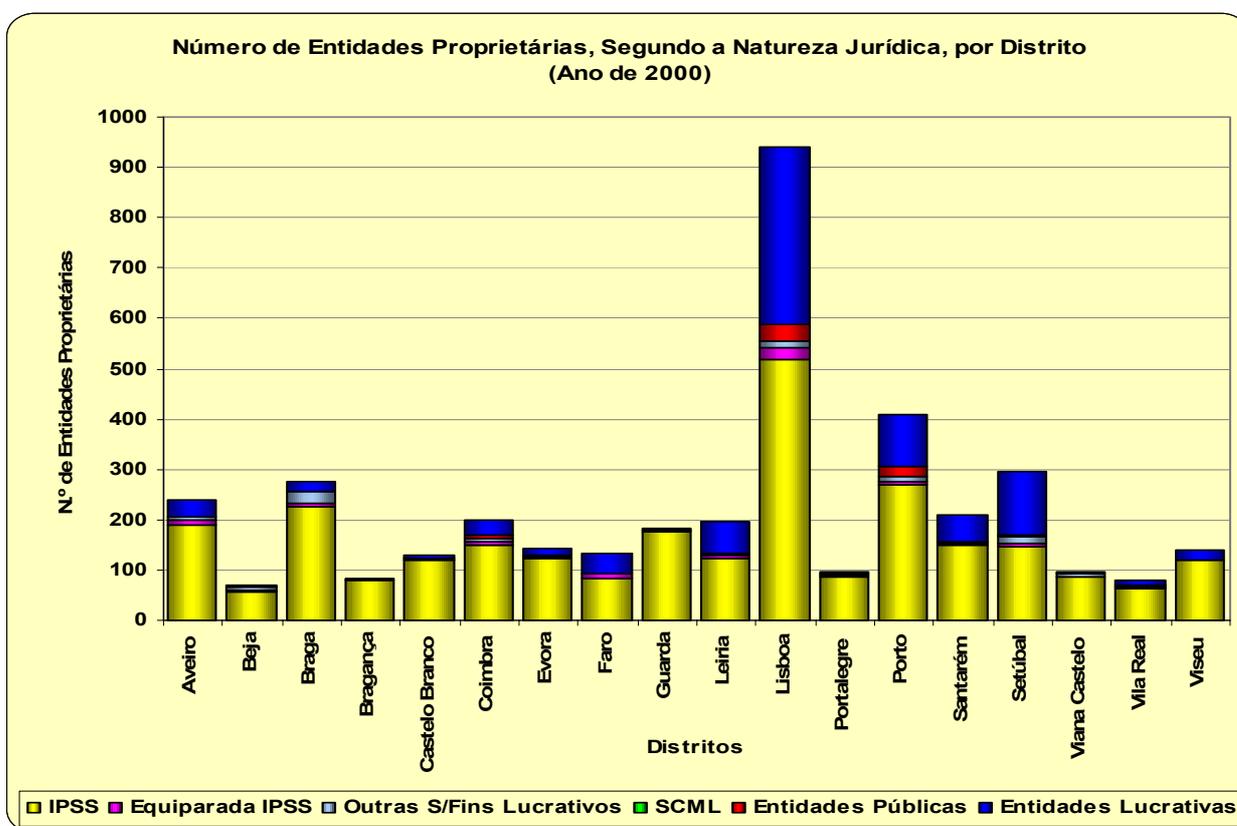
(Ano de 2000)

Distrito	Entidades Sem Fins Lucrativos						Entidades Lucrativas	Total de Entidades (6+7)
	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	Entidades Equiparadas a IPSS	Outras Entidades Sem Fins Lucrativos	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Entidades Públicas	Total de Entidades Sem Fins Lucrativos (1 a 5)		
	1	2	3	4	5	6		
Aveiro	189	11	5			205	34	239
Beja	56	5	5		1	67	3	70
Braga	225	8	23			256	19	275
Bragança	81					81	2	83
Castelo Branco	119				3	122	6	128
Coimbra	150	5	7		9	171	29	200
Evora	122	4	1		2	129	13	142
Faro	84	8	1			93	40	133
Guarda	176	1	3			180	3	183
Leiria	122	8	3		1	134	61	195
Lisboa	519	21	14	1	33	588	352	940
Portalegre	88	2	3		1	94	1	95
Porto	269	8	9		20	306	101	407
Santarém	151	2			3	156	52	208
Setúbal	146	8	11		5	170	126	296
Viana Castelo	86		6		3	95	2	97
Vila Real	64	1	4		1	70	9	79
Viseu	118	1	2			121	19	140
Continente	2765	93	97	1	82	3038	872	3910

Nota: As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) incluem as Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, os Institutos de organizações Religiosas, as Irmandades e Santas Casas da Misericórdia, as Uniões, Federações e Confederações de Solidariedade Social e as Associações Mutualistas registadas como IPSS.

No que respeita às entidades proprietárias segundo a sua natureza jurídica, identificaram-se, em 2000, de acordo com o quadro n.º 1, 3910 entidades proprietárias de equipamentos sociais, pertencendo, na sua maioria (78%), a entidades sem fins lucrativos, das quais 91% são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e 22% entidades lucrativas. É ainda de referir, que do total destas entidades proprietárias, 34% localizam-se nos distritos de Lisboa e do Porto, como deixa transparecer o gráfico n.º 1.

Gráfico N.º 1



## Quadro N.º 2

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ENTIDADES PROPRIETÁRIAS, POR DISTRITO (1998 - 2000)

Distrito	Entidades Sem Fins Lucrativos								Entidades Lucrativas		Total de Entidades	
	Organizações Não Governamentais (a)		Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		Entidades Públicas		Total de Entidades sem Fins Lucrativos					
	1998	2000	1998	2000	1998	2000	1998	2000	1998	2000	1998	2000
Aveiro	192	205					192	205	36	34	228	239
Beja	57	66				1	57	67	3	3	60	70
Braga	244	256					244	256	17	19	261	275
Bragança	69	81					69	81	2	2	71	83
Castelo Branco	112	119			2	3	114	122	10	6	124	128
Coimbra	137	162			7	9	144	171	13	29	157	200
Evora	119	127			2	2	121	129	14	13	135	142
Faro	89	93					89	93	36	40	125	133
Guarda	135	180					135	180	4	3	139	183
Leiria	110	133				1	110	134	44	61	154	195
Lisboa	557	554	1	1	29	33	587	588	279	352	866	940
Portalegre	82	93				1	82	94	1	1	83	95
Porto	280	286			16	20	296	306	68	101	364	407
Santarém	143	153			1	3	144	156	41	52	185	208
Setúbal	148	165			4	5	152	170	115	126	267	296
Viana Castelo	80	92			2	3	82	95		2	82	97
Vila Real	49	69				1	49	70		9	49	79
Viseu	108	121					108	121	19	19	127	140
Contínente	2.711	2.955	1	1	63	82	2.775	3.038	702	872	3.477	3.910

(a) Inclui as Entidades com Estatuto de IPSS, Entidades Equiparadas a IPSS e Outras Entidades Sem Fins Lucrativos

Por referência a 1998, as entidades sem fins lucrativos cresceram 10%, com especial relevo para as entidades públicas (crescimento de 30%), enquanto que as entidades com fins lucrativos registaram um aumento de 24%, o que representa no geral, e em valores absolutos, o aparecimento de 433 novas entidades proprietárias (244 Organizações Não Governamentais, 19 Públicas e 170 Lucrativas).

Este crescimento foi mais acentuado no primeiro caso, nos distritos de Vila Real, Guarda e Leiria, e no segundo, nos distritos de Coimbra, Porto e Leiria. É também de registar, o surgimento das primeiras entidades lucrativas nos distritos de Viana do Castelo e Vila Real.

Gráfico N.º 2

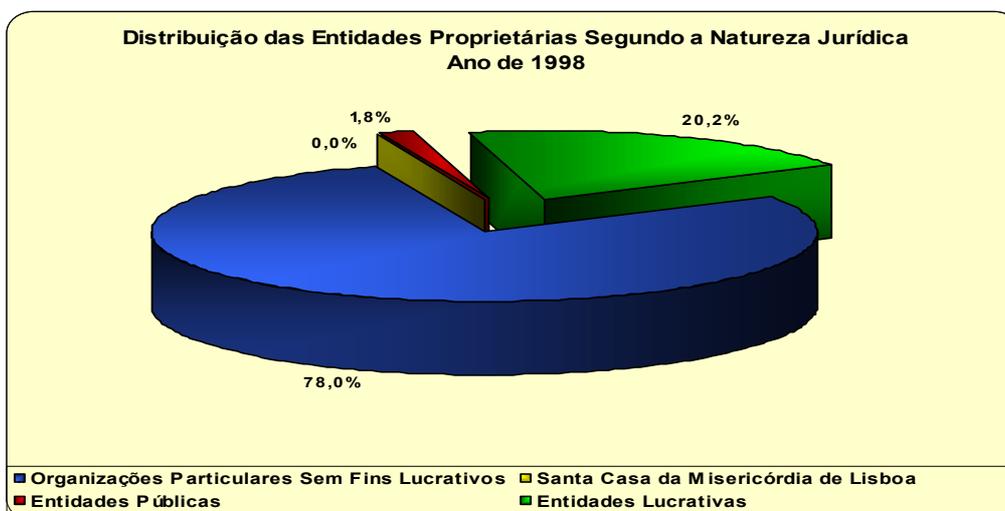
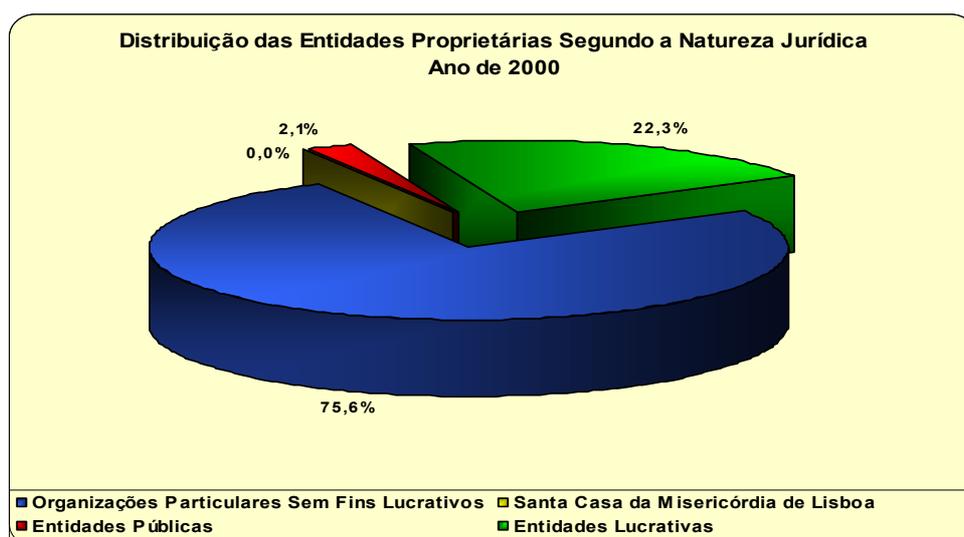


Gráfico N.º 3



## 2. 2 EQUIPAMENTOS SOCIAIS

### Quadro N.º 3

NÚMERO DE EQUIPAMENTOS, SEGUNDO A NATUREZA JURÍDICA DAS ENTIDADES PROPRIETÁRIAS, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

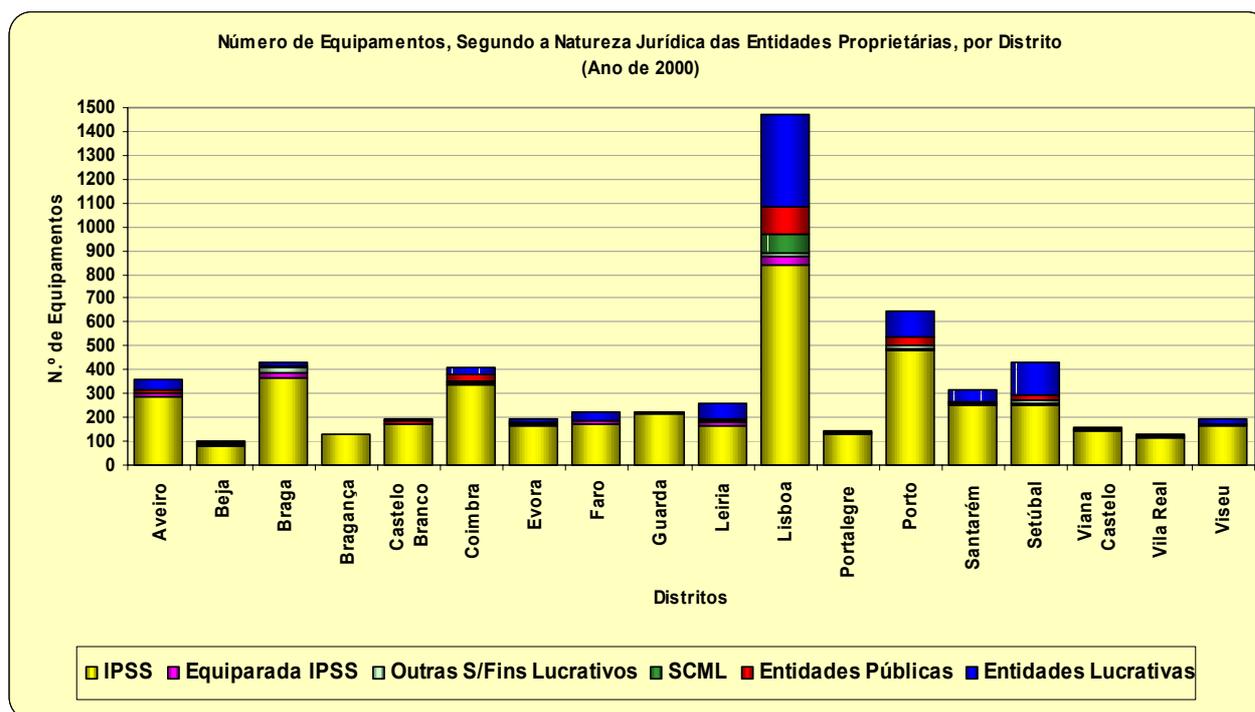
Distrito	Equipamentos de Entidades Sem Fins Lucrativos						Equipamentos de Entidades Lucrativas	Total de Equipamentos (6+7)
	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	Entidades Equiparadas a IPSS	Outras Entidades Sem Fins Lucrativos	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Entidades Públicas	Total de Equipamentos de Entidades Sem Fins Lucrativos (1 a 5)		
	1	2	3	4	5	6		
Aveiro	284	15	5		15	319	37	356
Beja	77	8	7		5	97	3	100
Braga	365	19	28		3	415	19	434
Bragança	127				3	130	2	132
Castelo Branco	174				10	184	7	191
Coimbra	339	5	7		27	378	29	407
Evora	168	7	1		2	178	14	192
Faro	175	9	1		1	186	40	226
Guarda	214	1	3		2	220	3	223
Leiria	165	17	3		8	193	63	256
Lisboa	839	38	15	77	115	1084	386	1470
Portalegre	130	2	3		7	142	1	143
Porto	480	9	14		38	541	103	644
Santarém	254	2	1		5	262	56	318
Setúbal	248	10	16		22	296	137	433
Viana Castelo	140		8		6	154	2	156
Vila Real	112	3	7		1	123	9	132
Viseu	165	1	2		5	173	20	193
Continente	4456	146	121	77	275	5075	931	6006

Relativamente aos equipamentos sociais, com base no quadro nº 3, constata-se que 84% são propriedade de entidades sem fins lucrativos, das quais se destacam as IPSS que detêm 74% do total dos equipamentos. Os distritos onde a sua implantação é maior, para além de Lisboa e do Porto, com 19% e 11% respectivamente, são Braga e Coimbra, ambos com 8% e Aveiro com 6%.

No que concerne aos equipamentos de entidades lucrativas, que correspondem a 16% do total, verifica-se que a sua maioria estão implantados nos distritos de Lisboa (41%), Setúbal (15%) e Porto (11%).

O gráfico nº 4 que a seguir se apresenta, ilustra, a nível distrital, o volume dos equipamentos sociais a que nos referimos.

Gráfico N.º 4



Quadro N.º 4

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPAMENTOS, SEGUNDO A NATUREZA JURÍDICA DAS ENTIDADES PROPRIETÁRIAS, POR DISTRITO  
(1998 - 2000)

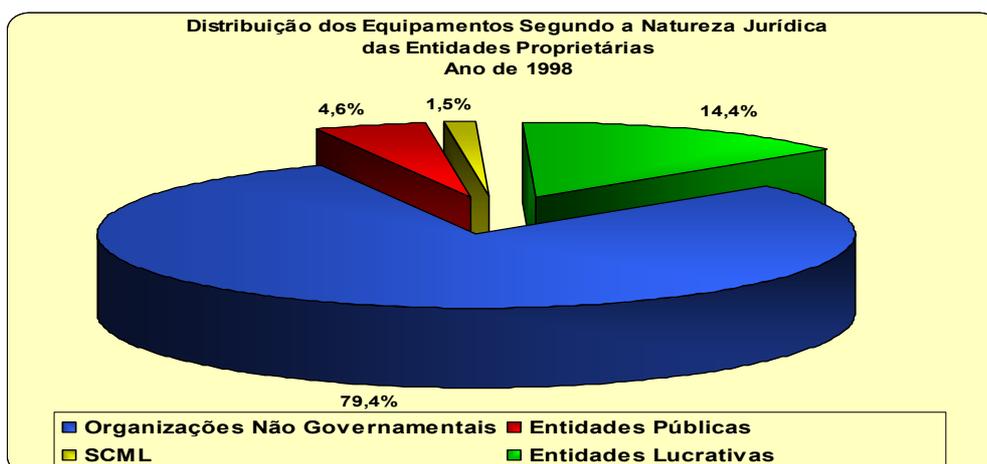
Distrito	Equipamentos de Entidades Sem Fins Lucrativos								Equipamentos de Entidades Lucrativas		Total de Equipamentos	
	Organizações Não Governamentais (a)		Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		Entidades Públicas		Total de Equipamentos de Entidades sem Fins Lucrativos		1998	2000	1998	2000
	1998	2000	1998	2000	1998	2000	1998	2000				
Aveiro	265	304				15	265	319	41	37	306	356
Beja	73	92				5	73	97	3	3	76	100
Braga	352	412				3	352	415	17	19	369	434
Bragança	105	127				3	105	130	2	2	107	132
Castelo Branco	149	174			2	10	151	184	10	7	161	191
Coimbra	281	351			42	27	323	378	13	29	336	407
Evora	162	176			9	2	171	178	15	14	186	192
Faro	160	185				1	160	186	36	40	196	226
Guarda	164	218				2	164	220	4	3	168	223
Leiria	138	185				8	138	193	46	63	184	256
Lisboa	949	892	79	77	143	115	1.171	1.084	306	386	1.477	1.470
Portalegre	114	135				7	114	142	1	1	115	143
Porto	449	503			37	38	486	541	72	103	558	644
Santarém	185	257			1	5	186	262	43	56	229	318
Setúbal	243	274			5	22	248	296	123	137	371	433
Viana Castelo	129	148			2	6	131	154		2	131	156
Vila Real	77	122				1	77	123		9	77	132
Viseu	134	168				5	134	173	19	20	153	193
Continente	4.129	4.723	79	77	241	275	4.449	5.075	751	931	5.200	6.006

(a) Inclui as Entidades com Estatuto de IPSS, Entidades Equiparadas a IPSS e Outras Entidades Sem Fins Lucrativos

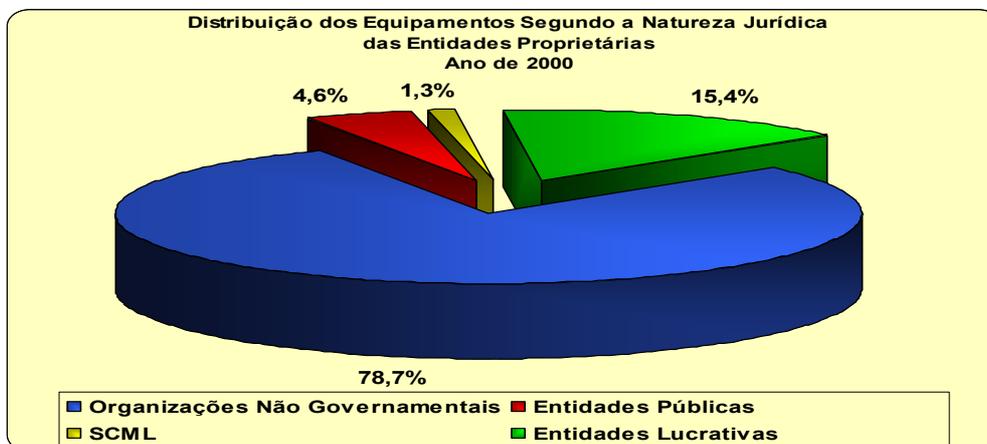
Passando a uma análise comparativa do número de equipamentos existentes, por natureza jurídica da entidade proprietária (quadro nº 4), regista-se um crescimento de 16%, em relação ao total dos equipamentos identificados em 1998. Numa análise mais desagregada, tendo por base o mesmo período de referência, o número de equipamentos de entidades lucrativas cresceu 24%, os pertencentes a organizações não governamentais e a entidades públicas cresceram 14% cada.

Pode-se observar através dos gráficos nºs 5 e 6, as percentagens relativas a cada grupo de entidades, sendo de salientar que, embora tenha havido um crescimento do número de equipamentos de organizações não governamentais, o seu peso relativo diminuiu de 79,4% em 1998, para 78,7% em 2000, devido ao crescimento mais acentuado do número de equipamentos de entidades lucrativas (de 14,4% em 1998 para 15,4% em 2000).

**Gráfico N.º 5**



**Gráfico N.º 6**



## 2.3 EQUIPAMENTOS E VALÊNCIAS POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Quadro N.º 5

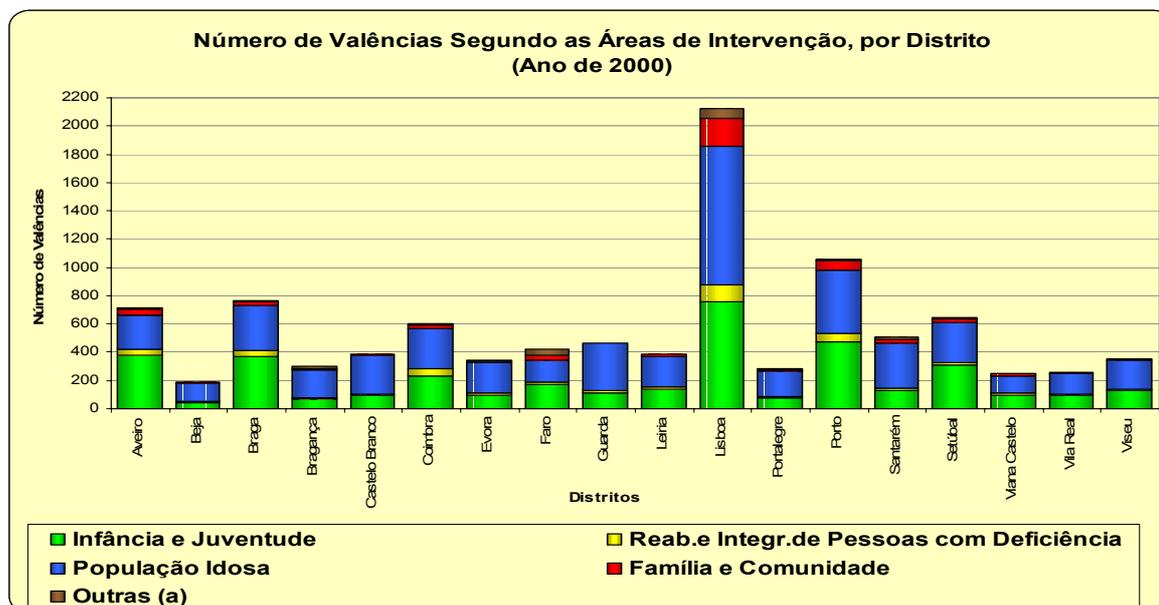
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS E VALÊNCIAS, SEGUNDO AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Número de Equipamentos	Número de Valências por Áreas de Intervenção					
		Infância e Juventude	Família e Comunidade	Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	População Idosa	Outras (a)	Total de Valências (2 a 6)
		1	2	3	4	5	6
Aveiro	356	376	44	41	242	8	711
Beja	100	43	8	9	131	1	192
Braga	434	370	26	42	316	8	762
Bragança	132	68	6	11	197	17	299
Castelo Branco	191	94	7	11	273	1	386
Coimbra	407	233	27	48	288	6	602
Evora	192	97	10	18	209	9	343
Faro	226	168	37	19	158	36	418
Guarda	223	113	4	14	336	0	467
Leiria	256	138	17	19	211	5	390
Lisboa	1470	752	198	124	977	73	2124
Portalegre	143	81	4	6	181	13	285
Porto	644	475	67	61	445	10	1058
Santarém	318	127	19	23	318	21	508
Setúbal	433	309	25	18	284	10	646
Viana Castelo	156	94	9	21	121	2	247
Vila Real	132	96	5	7	143	11	262
Viseu	193	129	5	8	206	5	353
Contínente	6006	3763	518	500	5036	236	10053

(a) Inclui as Valências para Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Pessoas em Situação de Dependência

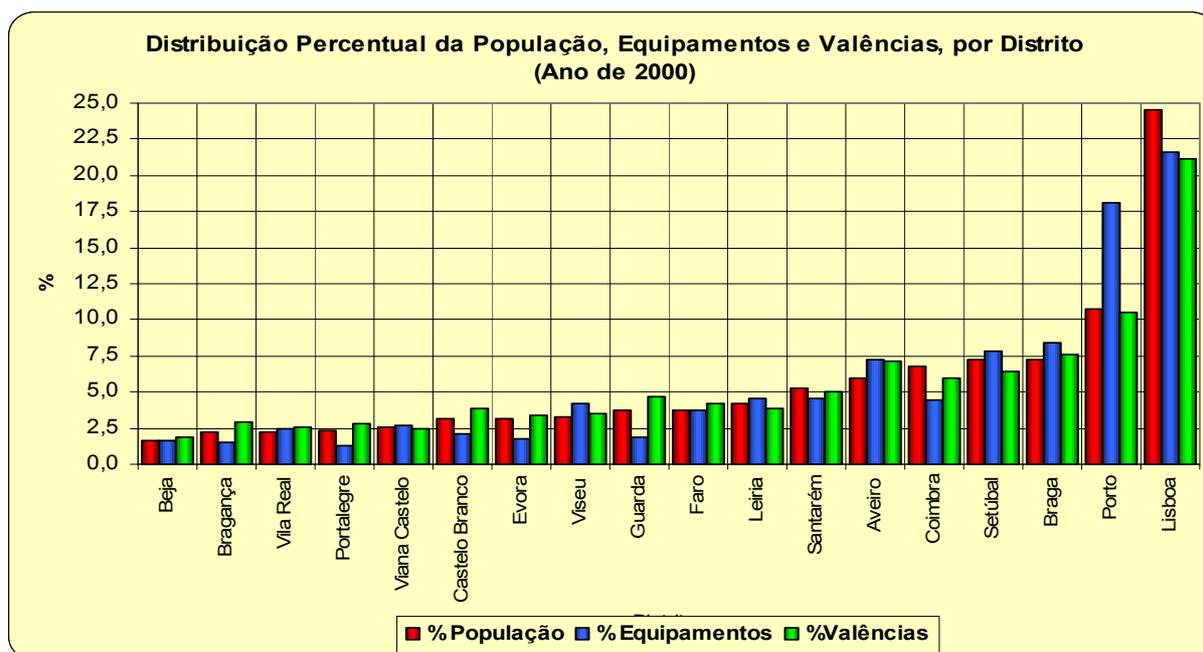
Quanto ao número de valências por áreas de intervenção, à luz do quadro n.º 5, verifica-se que, do universo de 10053 valências existentes em 2000, 50% das mesmas são destinadas a idosos e 37% às crianças e jovens, o que, só por si, constitui cerca de 90% do valor total de valências.

Gráfico N.º 7



Ao nível distrital, Lisboa, Porto, Braga e Aveiro registam, por ordem decrescente, o maior número de valências em termos globais. No entanto, para além de Lisboa e Porto, são os distritos de Aveiro e Braga com maior número de valências para a Infância e Juventude, enquanto Guarda e Santarém detêm o maior número para a População Idosa.

**Gráfico N.º 8**

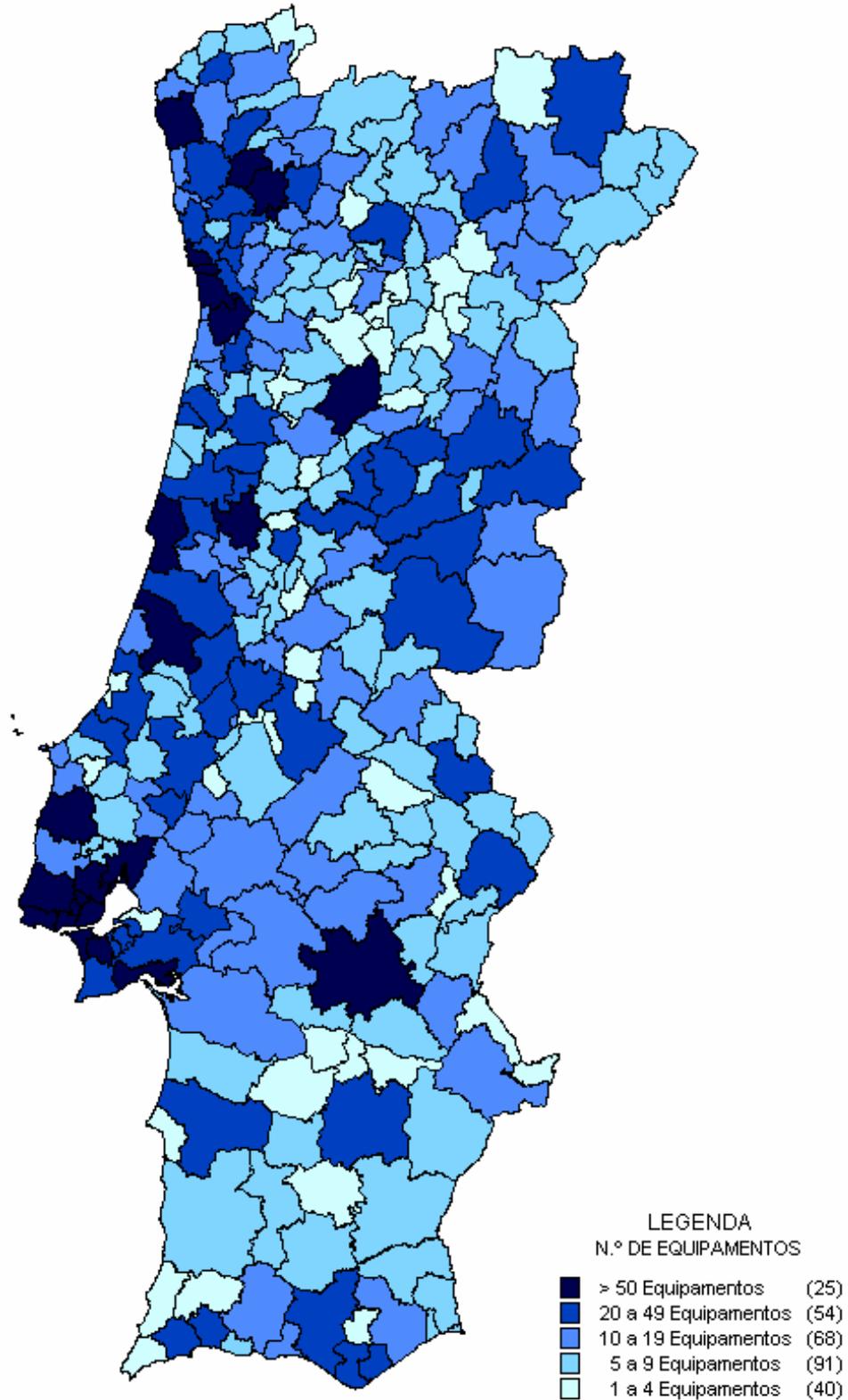


De um modo geral, verifica-se a existência de um equilíbrio entre a distribuição da população por distrito e o número de valências em funcionamento, com excepção para os distritos de Lisboa, Coimbra e Setúbal em que essa relação é menor.

No que se refere à relação entre a percentagem da população e a distribuição de equipamentos por distrito, não se regista o mesmo equilíbrio, fenómeno que está directamente relacionado com a estrutura dos equipamentos existentes nos diferentes distritos, como se verifica nos mais interiores (Bragança, Portalegre, Castelo Branco, Évora e Guarda) com maior número de respostas instaladas por equipamento. O distrito do Porto é o que regista maior percentagem de equipamentos face à população nele residente, enquanto que nos distritos de Lisboa e Coimbra essa relação se inverte.

Mapa N.º 1

Distribuição Espacial dos Equipamentos Sociais, por Concelho  
Ano de 2000



### Quadro N.º 6

#### NÚMERO DE EQUIPAMENTOS E VALÊNCIAS, NOVOS E ENCERRADOS, POR DISTRITO (Ano de 2000)

Distrito	Equipamentos		Valências	
	Novos	Encerrados	Novas	Encerradas
Aveiro	31	15	82	33
Beja	19	1	46	6
Braga	85	23	178	64
Bragança	25	1	78	14
Castelo Branco	16	2	54	9
Coimbra	102	11	53	29
Evora	15	2	53	19
Faro	27	1	85	25
Guarda	58	3	118	10
Leiria	57	9	74	26
Lisboa	189	56	328	283
Portalegre	20		56	2
Porto	90	7	158	51
Santarém	79	14	96	29
Setúbal	49	18	72	53
Viana Castelo	24		53	7
Vila Real	52		95	4
Viseu	35	4	53	15
<b>Continente</b>	<b>973</b>	<b>167</b>	<b>1732</b>	<b>679</b>

Passando para uma análise comparativa do número de equipamentos e valências, novos e encerrados, constata-se, conforme quadro nº 6, que no ano 2000, por confrontação com a situação apurada em 1998, existem mais 806 equipamentos e 1053 valências, correspondendo a uma taxa líquida de crescimento de 16% e 12%, respectivamente.

Ao nível distrital, Lisboa apesar de ter sofrido o maior número de equipamentos encerrados, registou o crescimento líquido mais acentuado, seguida de Coimbra e do Porto. Quanto às valências, embora Lisboa tenha averbado o maior número de novas valências criadas foram os distritos do Porto, Guarda e Braga que atingiram o maior aumento do número de valências, em virtude de em Lisboa se ter verificado maior expressão do número de valências encerradas.

Os gráficos que se seguem (nºs 9 e 10) ilustram a evolução registada.

Gráfico N.º 9

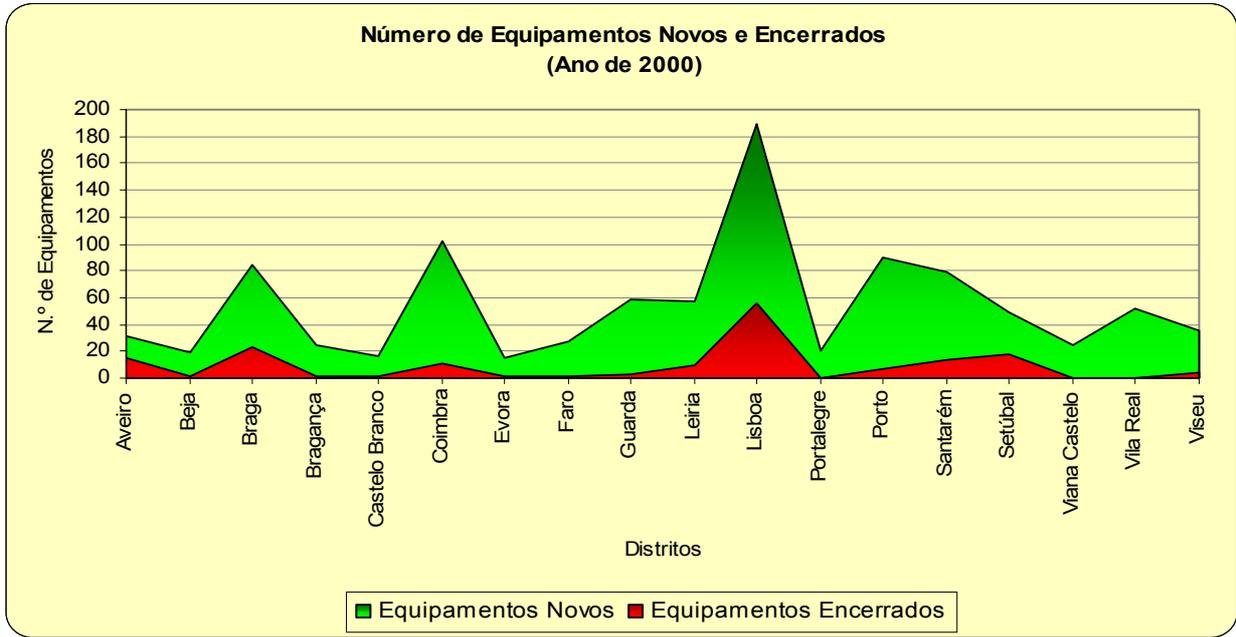
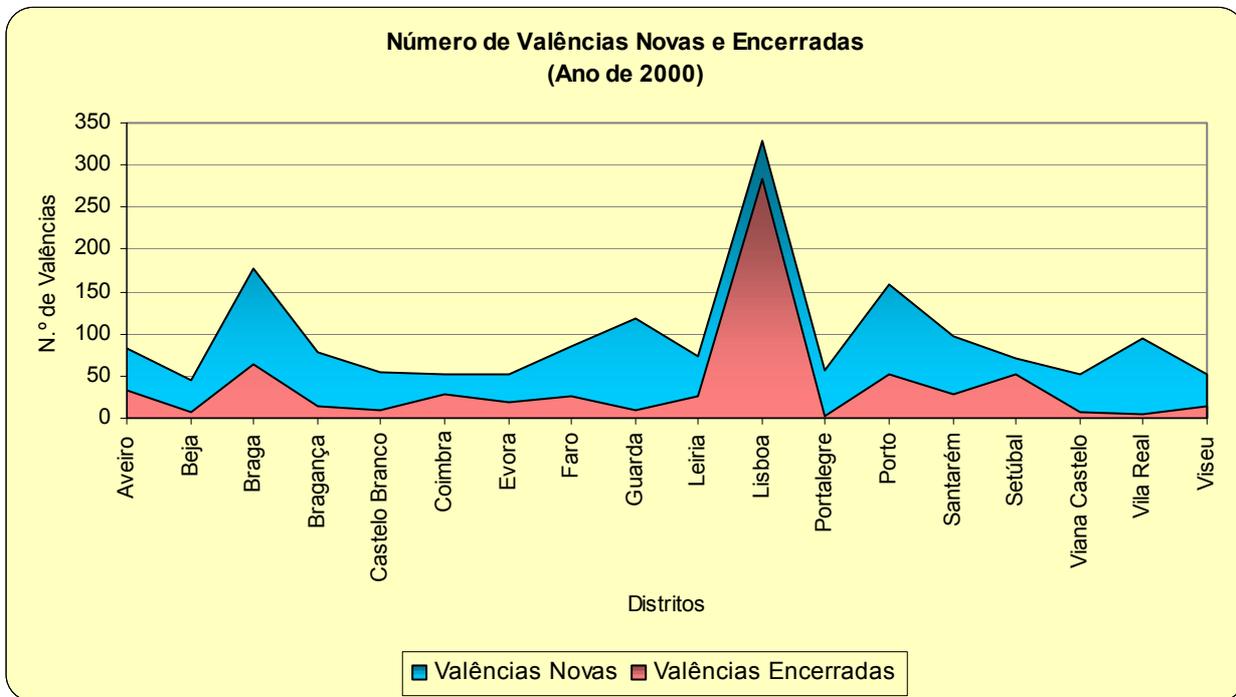


Gráfico N.º 10



### 3. FINANCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Com este capítulo sobre o financiamento dos equipamentos sociais, pretende-se conhecer o esforço financeiro registado por áreas de intervenção para investimento e funcionamento da rede de serviços e equipamentos sociais e, dentro do possível, analisar a evolução verificada.

#### 3.1 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO

Quadro N.º 7

**EVOLUÇÃO NOMINAL E REAL (A PREÇOS DE 1995) DO INVESTIMENTO POR DISTRITO  
PIDDAC Não Co-financiado - Equipamentos Sociais  
1995 - 2000**

Milhares de Escudos

Distrito	1995	1996		1997		1998		1999		2000	
		Valor Nominal	Valor Real								
Aveiro	432,8	524,6	508,7	528,5	501,5	384,6	355,3	883,2	797,5	411,9	361,6
Beja	110,0	153,0	148,4	191,7	181,9	181,5	167,7	178,8	161,5	161,0	141,4
Braga	418,5	448,6	435,0	443,9	421,2	487,3	450,3	562,3	507,7	582,1	511,0
Bragança	275,4	248,2	240,7	218,7	207,6	233,7	216,0	361,2	326,1	211,7	185,8
Castelo Branco	166,6	171,9	166,6	150,8	143,1	145,7	134,6	168,0	151,7	192,9	169,3
Coimbra	485,8	375,8	364,4	444,9	422,2	339,4	313,6	433,6	391,5	351,4	308,5
Evora	157,7	220,4	213,7	191,6	181,8	190,7	176,3	229,2	206,9	146,0	128,2
Faro	354,7	390,0	378,2	405,0	384,3	460,0	425,0	756,3	682,8	636,6	558,8
Guarda	242,2	254,0	246,3	228,3	216,6	240,7	222,4	240,9	217,5	210,6	184,9
Leiria	235,0	229,3	222,3	298,9	283,6	282,0	260,6	298,5	269,5	299,2	262,7
Lisboa	1.306,7	1.327,2	1.286,9	1.425,8	1.353,0	1.468,8	1.357,2	1.856,9	1.676,6	1.812,8	1.591,4
Portalegre	122,7	160,0	155,1	191,5	181,7	180,4	166,7	215,2	194,3	161,0	141,3
Porto	782,8	752,0	729,2	811,6	770,2	856,5	791,4	967,6	873,6	749,3	657,8
Santarém	377,7	404,3	392,0	400,4	380,0	419,0	387,2	567,7	512,6	424,4	372,6
Setúbal	362,1	487,2	472,4	526,7	499,8	548,9	507,2	603,8	545,2	607,2	533,0
Viana Castelo	271,2	312,0	302,5	322,5	306,1	242,0	223,6	269,0	242,9	207,7	182,4
Vila Real	355,2	433,9	420,7	425,1	403,4	440,1	406,7	408,9	369,2	282,7	248,1
Viseu	386,9	420,6	407,8	335,6	318,5	331,0	305,9	413,7	373,5	393,5	345,5
<b>Total</b>	<b>6.844,0</b>	<b>7.312,8</b>	<b>7.090,9</b>	<b>7.541,6</b>	<b>7.156,7</b>	<b>7.432,4</b>	<b>6.867,6</b>	<b>9.414,9</b>	<b>8.500,5</b>	<b>7.842,1</b>	<b>6.884,3</b>

Evolução Real a Preços de 1995

Fontes: DEPP - Relatórios de Execução Anuais

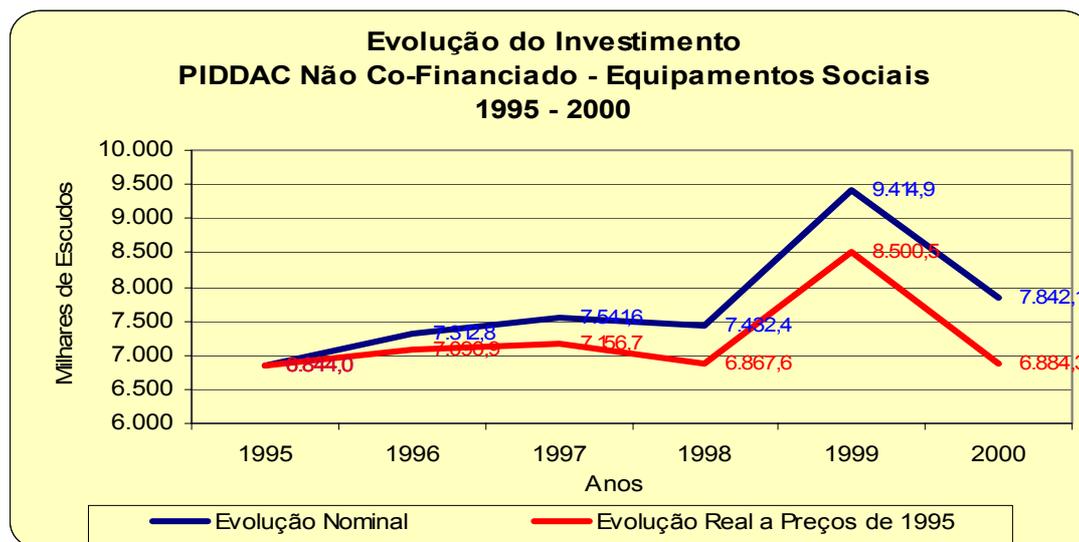
INE - Índices de Preços no Consumidor

Do quadro n.º 7 sobressai o crescimento acentuado das verbas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) no ano

de 1999, que se deveu à necessidade de um esforço financeiro no sentido de concluir equipamentos, cuja construção se encontrava numa fase bastante avançada. Por outro lado, foram lançados, também neste ano, novos programas no âmbito do apoio social, sendo necessário reforçar o PIDDAC com verbas para a execução dos mesmos.

O gráfico n.º 10 ilustra a evolução registada.

**Gráfico N.º 11**



**Quadro N.º 8**

**EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO  
PIDDAC - Equipamentos Sociais**

Milhares de Escudos

Áreas de Intervenção	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Infância e Juventude	2.177	2.243	2.373	2.388	2.660	2.430
Família e Comunidade	5	0	0	249	1.256	863
Invalidez e Reabilitação	1.396	1.413	1.491	1.958	2.282	1.633
Terceira Idade	3.266	3.657	3.677	2.838	3.217	2.917
<b>Total</b>	<b>6.844</b>	<b>7.313</b>	<b>7.541</b>	<b>7.432</b>	<b>9.415</b>	<b>7.842</b>

Fonte: DEPP - Relatórios de Execução Anuais

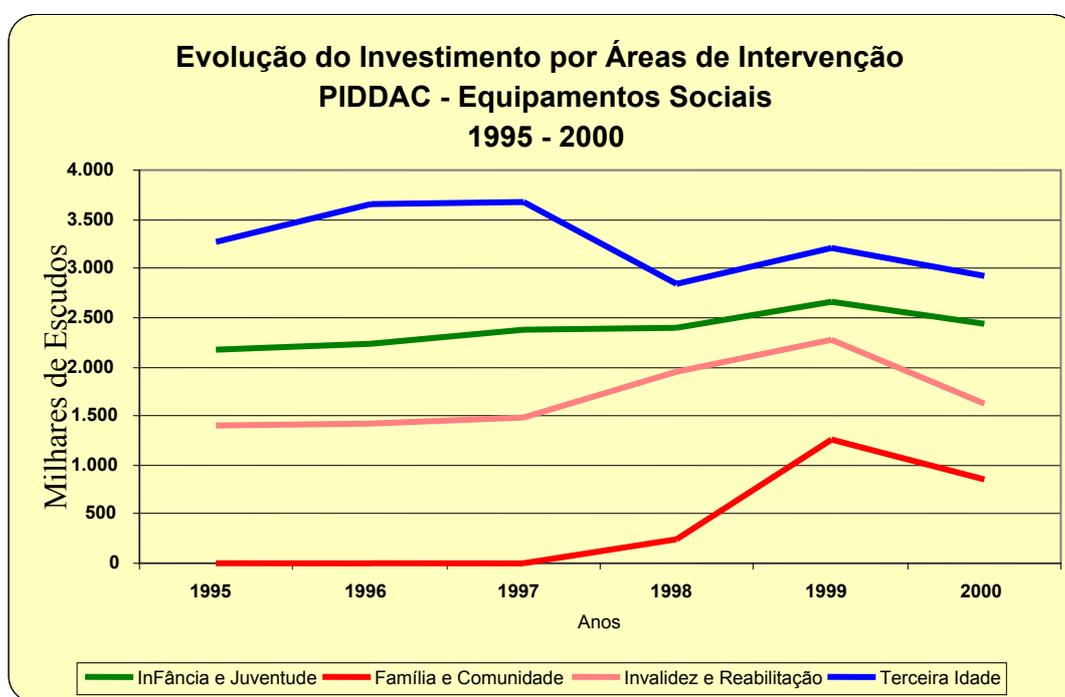
Da análise do quadro n.º 8 observa-se que até ao ano de 1997 a distribuição das verbas foi efectuada, essencialmente, em duas áreas: a Infância e Juventude e a Terceira Idade. A partir de 1998 verifica-se que esta distribuição começa a ser mais equilibrada em todas as áreas de intervenção, com excepção da área da Família e Comunidade onde começam a aparecer os primeiros equipamentos, mas apresentando um progressivo investimento nos anos seguintes. Por outro lado, algumas respostas sociais que fazem parte das áreas de

intervenção da Família e Comunidade e Invalidez e Reabilitação passaram a ser consideradas respostas prioritárias.

Assim, no ano 2000, em termos percentuais, a distribuição foi a seguinte:

- Infância e Juventude – 31%
- Família e Comunidade – 11%
- Invalidez e Reabilitação – 21%
- Terceira Idade – 37%

Gráfico N.º 12



**NÚMERO DE EQUIPAMENTOS SEGUNDO AS FONTES DE FINANCIAMENTO UTILIZADAS PARA CONSTRUÇÃO,  
REMODELAÇÃO OU ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES, POR DISTRITO  
(Situação em 2000)**

Distrito	Financiamento Público						Financiamento Privado	
	PIDDAC	INTEGRAR	PILAR	Fundo de Socorro Social	Autarquias	Outras	Receitas Próprias	Donativos
Aveiro	160	3	3	57	161	14	207	183
Beja	47	6	1	12	23	4	51	25
Braga	109	5	2	158	139	15	294	148
Bragança	79	0	2	54	26	2	56	39
Castelo Branco	65	3	3	30	80	11	106	91
Coimbra	74	11	4	35	80	25	221	107
Evora	109	3	7	15	39	8	122	48
Faro	114	7	0	4	72	9	153	56
Guarda	115	0	3	104	48	10	147	112
Leiria	60	3	3	6	58	16	148	81
Lisboa	212	49	31	36	344	140	1036	364
Portalegre	58	5	0	18	48	11	78	45
Porto	168	17	1	115	256	32	493	179
Santarém	126	15	0	8	92	15	217	117
Setúbal	104	20	0	40	87	26	290	63
Viana Castelo	88	3	0	45	46	2	95	29
Vila Real	60	10	5	34	34	10	71	37
Viseu	98	0	2	31	53	14	137	53
<b>Continente</b>	<b>1846</b>	<b>160</b>	<b>67</b>	<b>802</b>	<b>1686</b>	<b>364</b>	<b>3922</b>	<b>1777</b>

O quadro n.º 9 respeita ao número de equipamentos que utilizaram as diferentes fontes de financiamento, uma ou mais, independentemente do seu valor financeiro.

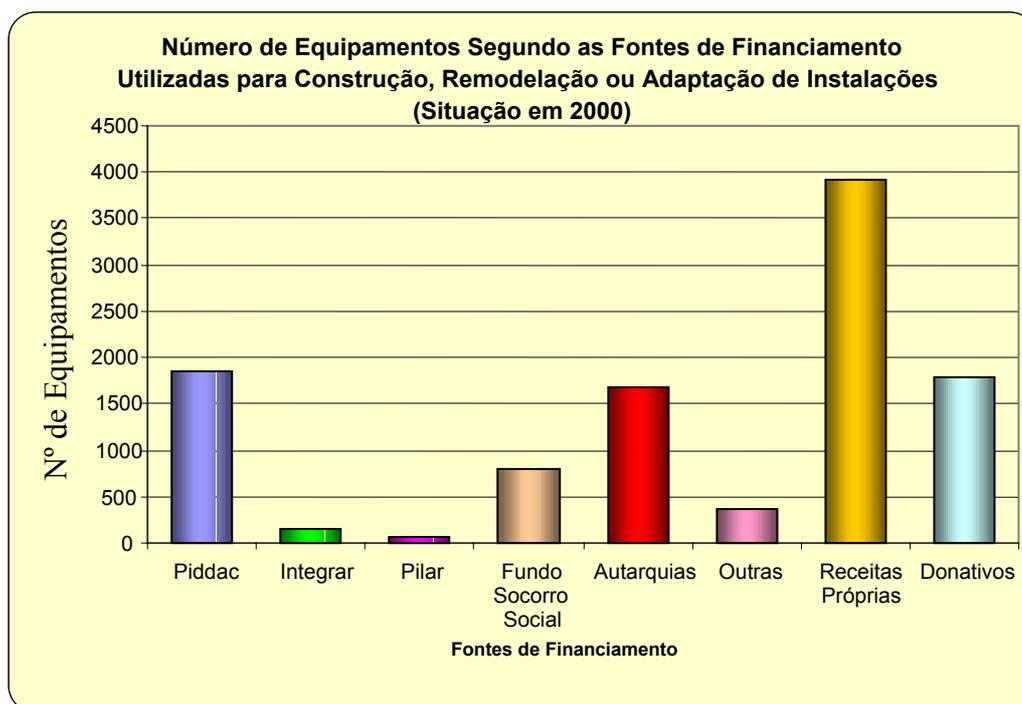
O programa de investimentos (PIDDAC), da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, assume um expressivo significado em relação ao restante financiamento público concedido às IPSS. No entanto, estas entidades deverão assegurar, para além da disponibilidade do terreno, também o financiamento correspondente à respectiva participação no custo do empreendimento.

Na rubrica Receitas Próprias estão incluídos, não só os equipamentos da rede solidária, como também os da rede privada.

Por outro lado, apresenta um peso significativo o número de equipamentos das IPSS apoiados pelas Autarquias, designadamente no que respeita a cedência do terreno e de equipamento.

O gráfico n.º 13 retrata esta realidade.

Gráfico N.º 13



### 3.2 FINANCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO

Quadro N.º 10

**EVOLUÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL ÀS INSTITUIÇÕES, POR RESPOSTA SOCIAL E UTENTE  
(1995 - 2001)**

Respostas Sociais	1995	1998	2000		2001	
	Esc.	Esc.	Esc.	€	Esc.	€
Creche	20.200	24.281	29.867	148,98	34.469	171,93
Creche Familiar	20.200	24.281	25.635	127,87	28.915	144,23
ATL Com Almoço	6.900	8.292	9.841	49,09	11.221	55,97
ATL Sem Almoço	4.900	5.887	7.278	36,30	8.643	43,11
Lar de Crianças e Jovens	37.800	45.450	56.736	283,00	66.448	331,44
Lar de Apoio	51.760	62.225	78.699	392,55	93.385	465,80
Centro de Actividades Ocupacionais	55.380	66.585	71.133	354,81	73.708	367,65
Lar Residencial	66.700	80.191	104.119	519,34	126.837	632,66
Lar Para Idosos	36.000	43.281	49.540	247,10	53.750	268,10
Centro de Dia	12.025	14.461	15.415	76,89	15.925	79,43
Centro de Convívio	4.870	5.854	6.703	33,43	7.445	37,14
Apoio Domiciliário	19.110	22.978	28.642	142,87	33.497	167,08

Fonte: Protocolos de Cooperação entre O Ministério do Trabalho e da Solidariedade e as Uniões das Misericórdias Portuguesas, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Mutualidades Portuguesas.

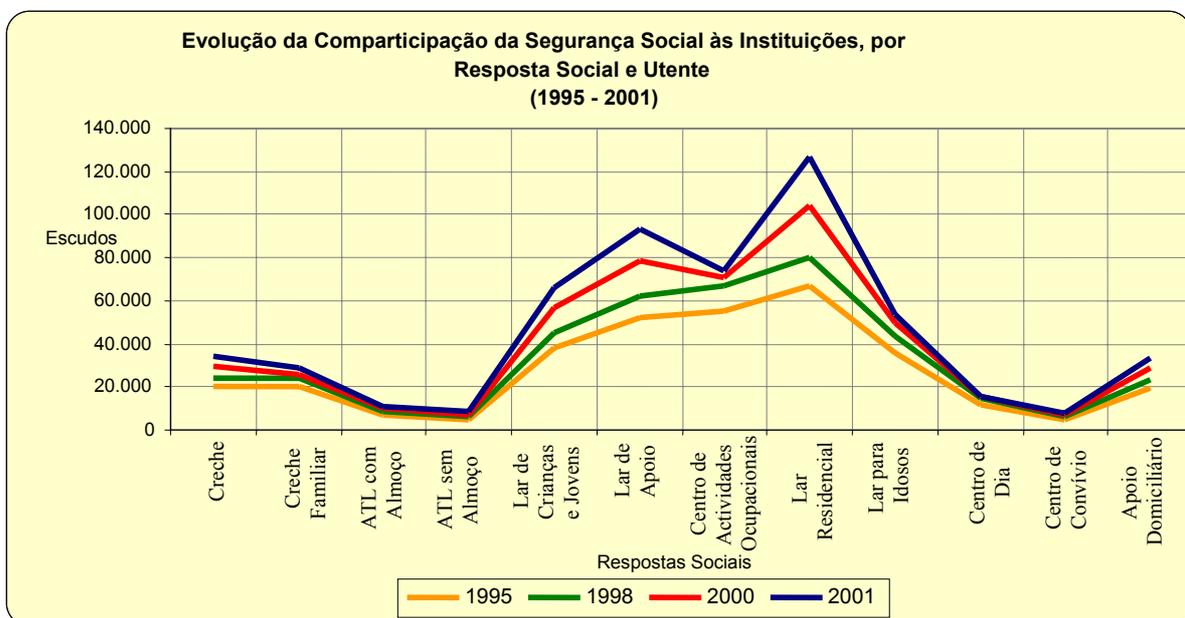
Nota: € = 200,482 Escudos

Da leitura do quadro nº 10 e do gráfico correspondente (gráfico nº 14), ressalta a constatação inequívoca de que a comparticipação da Segurança Social por utente tem vindo progressivamente a aumentar desde o ano de 1995, independentemente do tipo de resposta social em causa.

A valência “Lar Residencial”, destinada a adultos com deficiência é claramente aquela onde o montante pecuniário atribuído por cada utente aumentou mais no período em análise, de 66.700 escudos por utente em 1995, para 126.837 escudos em 2001, o que equivale a um aumento nominal de cerca de 90%.

O Lar de Apoio, destinado a crianças e jovens com deficiência, o Lar de Crianças e Jovens e o ATL sem almoço, são respostas sociais onde a comparticipação da Segurança Social por utente, também cresceu de modo muito significativo nos últimos anos, verificando-se um aumento da comparticipação nominal por utente de 76% a 80%, durante o período de 1995 a 2001.

**Gráfico N.º 14**



## Quadro N.º 11

### FINANCIAMENTO DO FUNCIONAMENTO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO (1995 - 2000)

(Valores em Milhares de Escudos)

EVOLUÇÃO NOMINAL				
Áreas de Intervenção	1995	1998	1999	2000*
Infância e Juventude	44.036,4	58.165,4	64.397,9	75.304,1
Família e Comunidade	2.273,8	5.206,8	5.555,6	9.985,5
Invalidez e Reabilitação	4.653,6	9.307,6	11.023,8	13.459,3
Terceira Idade	25.274,8	38.415,9	42.745,3	54.346,3
Total	76.238,6	111.095,7	123.722,6	153.095,3
EVOLUÇÃO REAL A PREÇOS DE 1995				
Áreas de Intervenção	1995	1998	1999	2000*
Infância e Juventude	44.036,4	53.745,7	58.144,0	66.107,0
Família e Comunidade	2.273,8	4.811,2	5.016,1	8.766,0
Invalidez e Reabilitação	4.653,6	8.600,4	9.953,3	11.815,5
Terceira Idade	25.274,8	35.496,8	38.594,2	47.708,9
Total	76.238,6	102.654,0	111.707,5	134.397,4

Fonte: IGFSS - Conta da Segurança Social

INE - Índices de Preços no Consumidor

\*Dados Provisórios

Quanto ao financiamento total para o funcionamento da rede de serviços e equipamentos (quadro nº 11), regista-se um aumento significativo desde 1995. No ano 2000, a comparticipação atingiu a soma de 153 milhões de contos, valor este que representa, em termos reais um aumento de 76,3 % em relação ao financiamento em 1995. Estes valores incluem, para além de outras rubricas, os acordos de cooperação, o funcionamento dos equipamentos oficiais e subsídios eventuais.

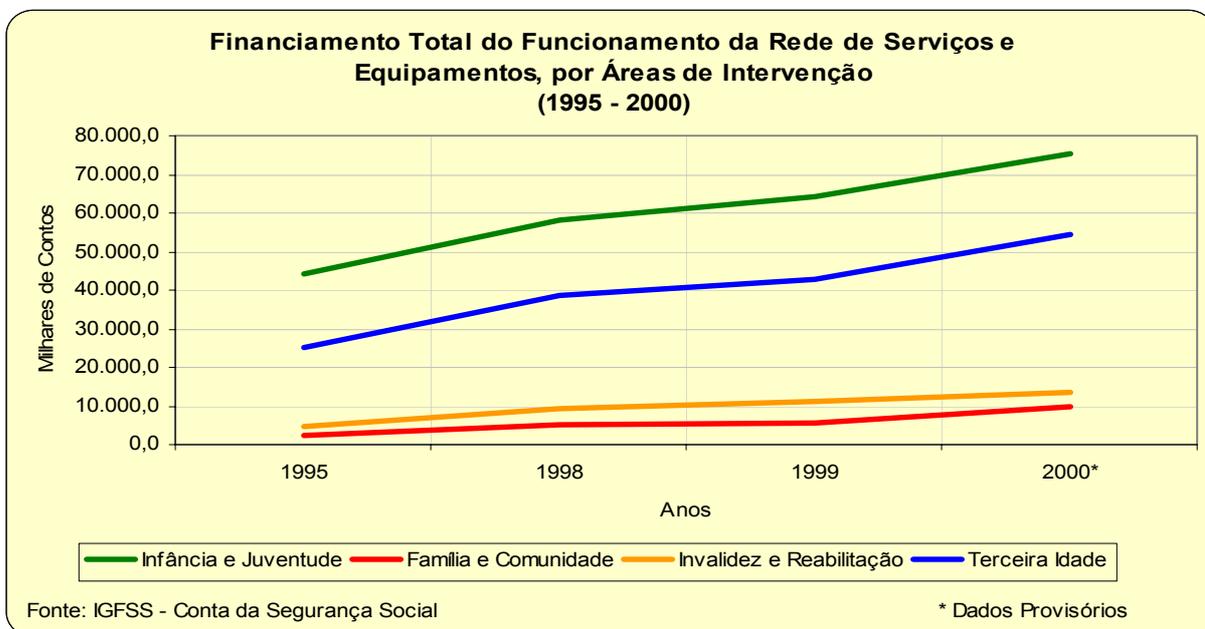
Contudo, a distribuição do financiamento pelas quatro áreas de intervenção não é uniforme. A área da Infância e Juventude, representa em 2000, sensivelmente 50% do financiamento total (49,2%). Para a área da Terceira Idade foram canalizados cerca de 36% do orçamento. O esforço financeiro nestas duas áreas (ano 2000), representa aproximadamente 86% do financiamento total.

Como é evidente, a Terceira Idade (acréscimo de mais de 22,4 milhões de contos) e as crianças e jovens (mais 22,1 milhões de contos), são as áreas, onde em termos reais, se registou uma maior evolução no financiamento desde 1995.

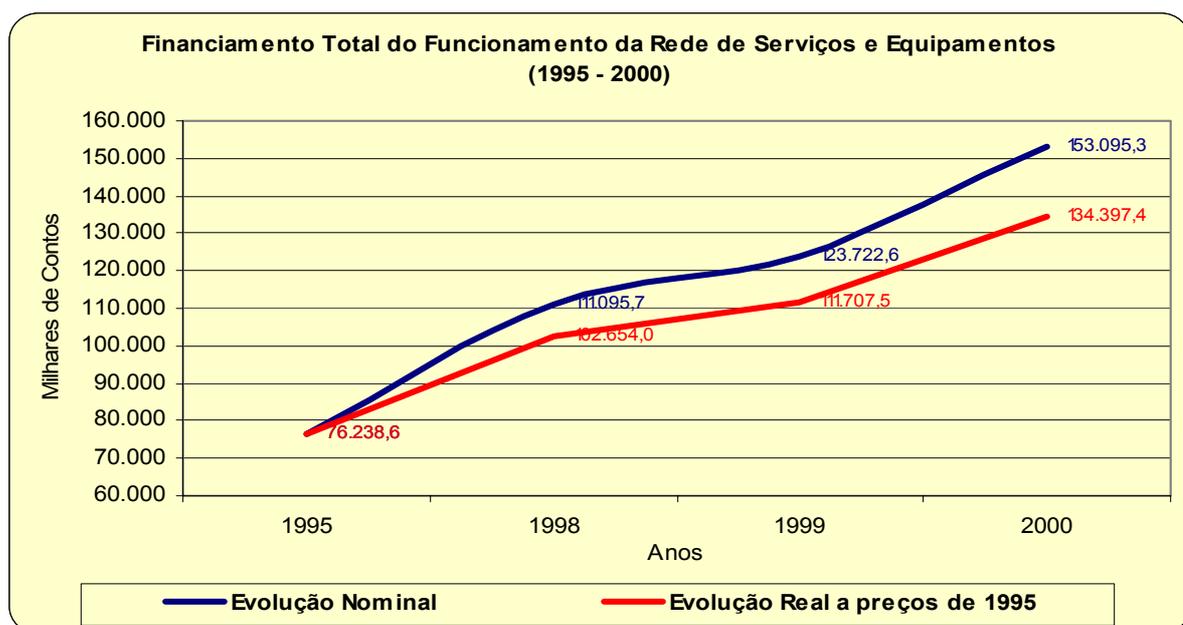
No entanto, se se analisar a evolução percentual do financiamento por área de intervenção, chega-se à conclusão que as duas áreas com menor dotação orçamental (Família e Comunidade e Invalidez e Reabilitação), são aquelas onde o crescimento percentual dos

valores reais foi maior. O financiamento para a área da Família e Comunidade cresceu 286% desde 1995, enquanto para a área da Invalidez e Reabilitação, atingiu os 154%.

**Gráfico N.º 15**



**Gráfico N.º 16**



### Quadro N.º 12

#### FINANCIAMENTO DO FUNCIONAMENTO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS , POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO Acordos de Cooperação (1995 - 2000)

Áreas de Intervenção	Milhares de Contos			
	1995	1998	1999	2000*
Infância e Juventude	31.061,0	42.420,5	48.171,1	58.822,0
Família e Comunidade	1.208,3	2.783,8	3.445,4	4.530,5
Invalidez e Reabilitação	3.526,0	6.969,3	8.246,7	10.197,1
Terceira Idade	19.519,3	30.288,0	36.159,7	44.883,4
<b>Total</b>	<b>55.314,6</b>	<b>82.461,6</b>	<b>96.022,9</b>	<b>118.433,0</b>

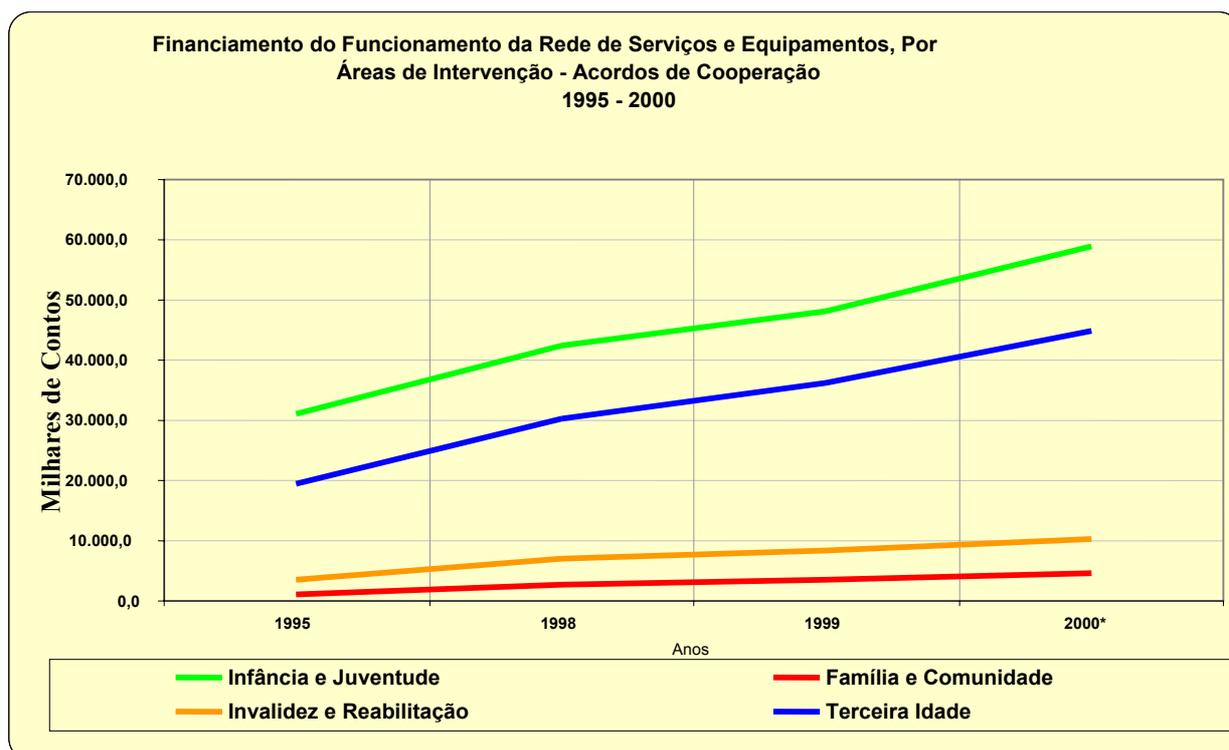
Fonte: IGFSS - Conta da Segurança Social

\* Dados provisórios

Numa análise comparativa do financiamento total do funcionamento da rede de serviços e equipamentos com o financiamento referente apenas a acordos de cooperação (quadros n.ºs 11 e 12), verifica-se que estes detêm um peso muito substancial na manutenção da rede social, representando no ano 2000, 77% do financiamento total.

Tal como se verificou para o financiamento total da rede, também o financiamento referente apenas aos acordos de cooperação cresceu de modo progressivo desde 1995, conforme o demonstra o gráfico n.º 16, sendo também as áreas de intervenção de menor expressão, aquelas onde percentualmente a evolução da dotação orçamental foi mais elevada.

### Gráfico N.º 17



#### **4. ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOCIAIS POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

Depois de efectuada uma caracterização geral da rede de serviços e equipamentos sociais, e do seu financiamento, pretende-se agora, de forma mais desagregada, analisar as respostas sociais por áreas de intervenção.

##### **4. 1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS RESPOSTAS SOCIAIS**

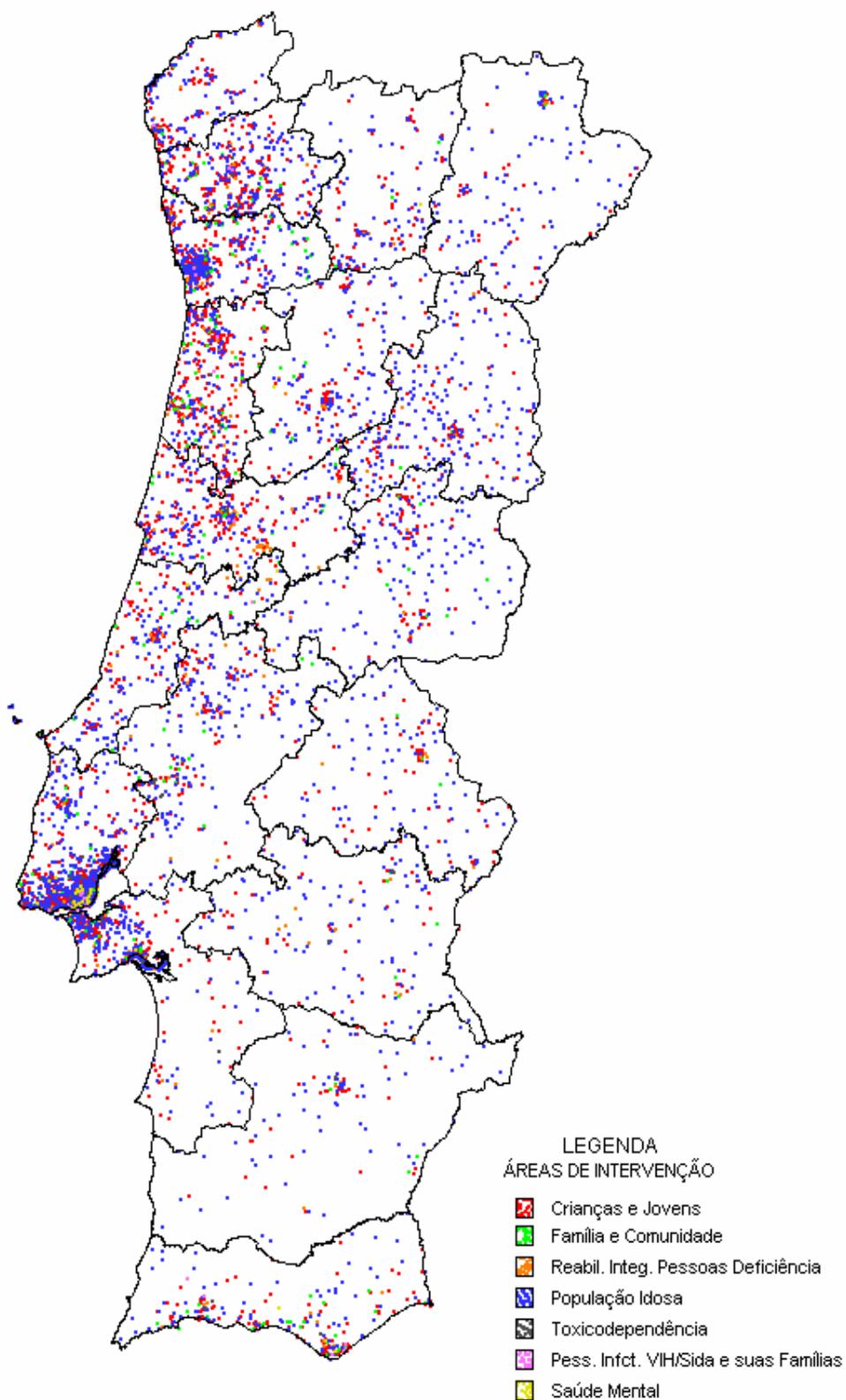
A distribuição espacial das respostas sociais acompanha o padrão de distribuição da população, registando-se uma concentração nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, nas diferentes capitais de distrito e principais núcleos urbanos (Mapa 2).

Verifica-se que as respostas sociais para a área das crianças e jovens estão mais concentradas, enquanto as dirigidas à população idosa assumem um padrão de distribuição disperso, especialmente nas áreas mais interiores do Continente.

As outras respostas sociais para a família e comunidade, reabilitação e integração de pessoas com deficiência, toxicod dependência, pessoas infectadas com VIH/Sida e suas famílias e saúde mental concentram-se, de um modo geral, na faixa litoral, com especial relevo para as duas áreas metropolitanas acima referidas.

## Mapa Nº 2

### Distribuição Espacial das Respostas Sociais Segundo as Áreas de Intervenção Ano de 2000



## 4. 2 VALÊNCIAS, CAPACIDADES E UTENTES

### Quadro N.º 13

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES, SEGUNDO AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Áreas de intervenção															Totais		
	Infância e Juventude			Família e Comunidade			Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência			População Idosa			Outras (a)					
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	366	16.841	15.544	23	179	1.686	38	908	907	211	6.575	5.542	12	8	42	650	24.511	23.721
Beja	39	1.670	1.506	3	30	270	10	292	404	96	4.461	3.708	4	0	0	152	6.453	5.888
Braga	327	17.877	16.634	12	230	316	38	1.198	1.075	263	8.072	6.531	6	7	6	646	27.384	24.562
Bragança	62	2.213	1.871	3	130	240	3	110	97	164	4.521	3.320	0	0	0	232	6.974	5.528
Castelo Branco	81	3.655	3.234	8	122	100	11	283	274	247	8.421	6.132	0	0	0	347	12.481	9.740
Coimbra	225	9.319	7.962	27	586	1.151	46	3.128	2.429	271	8.521	7.336	14	81	137	583	21.635	19.015
Evora	91	3.252	4.086	9	65	717	17	410	524	175	6.456	5.671	19	30	76	311	10.213	11.074
Faro	151	5.965	5.654	15	1.449	651	20	581	453	150	6.087	4.559	22	131	196	358	14.213	11.513
Guarda	103	4.969	4.334	4	145	62	9	242	222	232	6.306	5.792	1	0	0	349	11.662	10.410
Leiria	123	4.579	4.129	7	1.622	1.437	19	480	424	182	5.780	5.149	5	0	0	336	12.461	11.139
Lisboa	758	38.873	36.408	180	3.702	14.419	138	7.551	5.214	851	41.541	37.870	231	1484	2082	2.158	93.151	95.993
Portalegre	67	2.277	2.034	2	106	100	5	90	78	152	5.436	4.436	0	0	0	226	7.909	6.648
Porto	426	20.113	18.592	54	1.813	3.638	52	1.599	1.404	381	15.355	12.987	30	304	304	943	39.184	36.925
Santarém	114	4.991	4.609	13	507	619	16	772	681	271	8.874	7.649	12	34	426	426	15.178	13.984
Setúbal	287	10.521	10.701	20	1.258	2.295	15	378	381	265	16.276	14.797	37	333	310	624	28.766	28.484
Viana Castelo	78	3.022	2.716	7	256	196	13	238	182	93	3.345	2.862	3	25	50	194	6.886	6.006
Vila Real	62	2.773	2.200	2	65	42	5	187	169	85	2.860	2.650	2	0	0	156	5.885	5.061
Viseu	118	4.141	4.134	2	154	200	8	427	385	177	5.638	5.269	4	0	0	309	10.360	9.988
Continente	3.478	157.051	146.348	391	12.419	28.139	463	18.874	15.303	4.266	164.525	142.260	402	2.437	3.629	9.000	355.306	335.679

(a) Inclui as Valências para Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias, Respostas Sociais ainda não tipificadas em 1998 e Respostas para a Área da Saúde Mental.

### Quadro N.º 14

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES, SEGUNDO AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Áreas de intervenção															Totais		
	Infância e Juventude			Família e Comunidade			Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência			População Idosa			Outras (a)					
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	376	15.652	16.896	44	2.926	3.503	41	1.012	970	242	7.241	6.935	8	531	426	711	27.362	28.730
Beja	43	2.072	2.022	8	757	1.275	9	318	295	131	5.380	4.611	1	5	2	192	8.532	8.205
Braga	370	19.745	19.298	26	701	1.107	42	878	821	316	8.864	7.954	8	190	199	762	30.378	29.379
Bragança	68	2.875	2.472	6	156	240	11	446	284	197	5.958	4.008	17	407	322	299	9.842	7.326
Castelo Branco	94	4.164	3.605	7	96	1	11	283	253	273	8.562	6.827	1	8	8	386	13.113	10.694
Coimbra	233	11.196	10.895	27	1.862	2.927	48	1.547	1.270	288	10.441	9.473	6	441	224	602	25.487	24.789
Evora	97	3.684	3.365	10	1.909	1.813	18	512	451	209	7.689	6.719	9	117	114	343	13.911	12.462
Faro	168	7.283	6.783	37	1.625	6.278	19	765	607	158	6.814	5.209	36	1.187	1.208	418	17.674	20.085
Guarda	113	5.347	4.602	4	145	200	14	374	338	336	9.160	8.179	0	0	0	467	15.026	13.319
Leiria	138	4.811	5.640	17	1.645	1.990	19	569	512	211	6.170	6.320	5	129	148	390	13.324	14.610
Lisboa	752	39.200	39.499	198	10.507	31.871	124	7.616	5.153	977	39.795	38.803	73	2634	2109	2.124	99.752	117.435
Portalegre	81	2.832	2.688	4	118	11	6	152	123	181	6.507	5.213	13	127	84	285	9.736	8.119
Porto	475	22.026	21.853	67	4.637	5.410	61	1.728	1.624	445	17.060	15.395	10	558	339	1.058	46.009	44.621
Santarém	127	6.296	5.903	19	4.888	4.851	23	934	864	318	10.866	9.311	21	316	671	508	23.300	21.600
Setúbal	309	10.314	12.262	25	3.824	3.669	18	514	501	284	15.193	19.436	10	574	581	646	30.419	36.449
Viana Castelo	94	3.614	3.402	9	262	365	21	306	289	121	3.663	3.366	2	62	75	247	7.907	7.497
Vila Real	96	3.424	3.254	5	266	61	7	245	226	143	4.538	4.480	11	170	115	262	8.643	8.136
Viseu	129	5.059	4.721	5	154	200	8	314	281	206	7.160	6.272	5	97	75	353	12.784	11.549
Continente	3.763	169.594	169.160	518	36.478	65.772	500	18.513	14.862	5.036	181.061	168.511	236	7.553	6.700	10.053	413.199	425.005

(a) Inclui as Valências para Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas em Situação de Dependência

Da análise aos quadros nºs 13 e 14, tendo por base os anos de 1998 e 2000, permite-nos salientar que, no conjunto das áreas de intervenção, o número de valências cresceu 12%, enquanto que os lugares criados (capacidade) e o número de utentes registaram um aumento de 16% e 27%, respectivamente.

Em números absolutos, e relativamente aos valores de 1998, as áreas de intervenção que mais cresceram foram, a área da População Idosa, com 770 novas valências, 16 536 lugares criados e mais 26 251 utentes, e a área da Infância e Juventude que sofreu um acréscimo de 285 valências, 12 543 novos lugares e 22 812 utentes, representando 50% e 37% respectivamente, do total das valências existentes. Os distritos onde se verifica o maior número de valências criadas para a população idosa são Lisboa, Guarda, Porto e Vila Real, ao passo que para a área da Infância e Juventude, os distritos do Porto, Braga e Vila Real são os que apresentam os valores mais elevados.

No entanto, é de salientar, que é a área da Família e Comunidade a que apresenta a maior taxa de crescimento, atingindo 32% de novas valências, 294% de lugares criados e mais 234% de utentes, correspondendo estes valores a quase o triplo dos existentes em 1998, como se poderá observar, também, no gráfico nº 18. Os distritos onde se regista o maior número de novas valências são Faro, Aveiro, Lisboa, Braga e Porto.

Os gráficos nºs 19, 20 e 21 dão-nos uma imagem mais pormenorizada da evolução registada.

Gráfico N.º 18

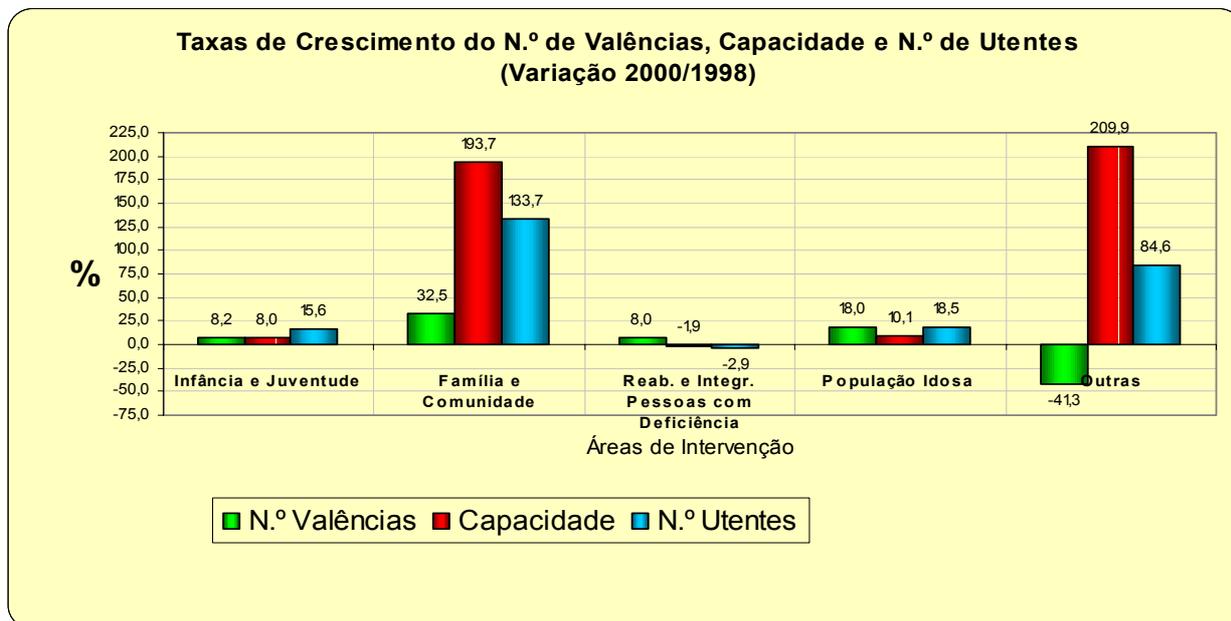


Gráfico N.º 19

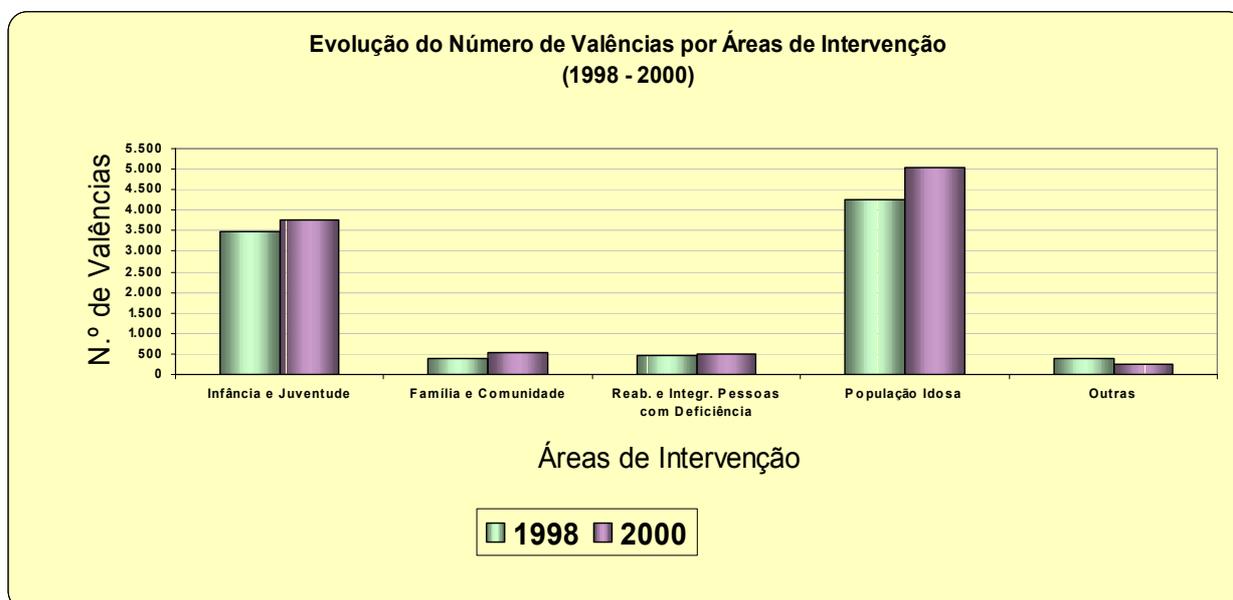


Gráfico N.º 20

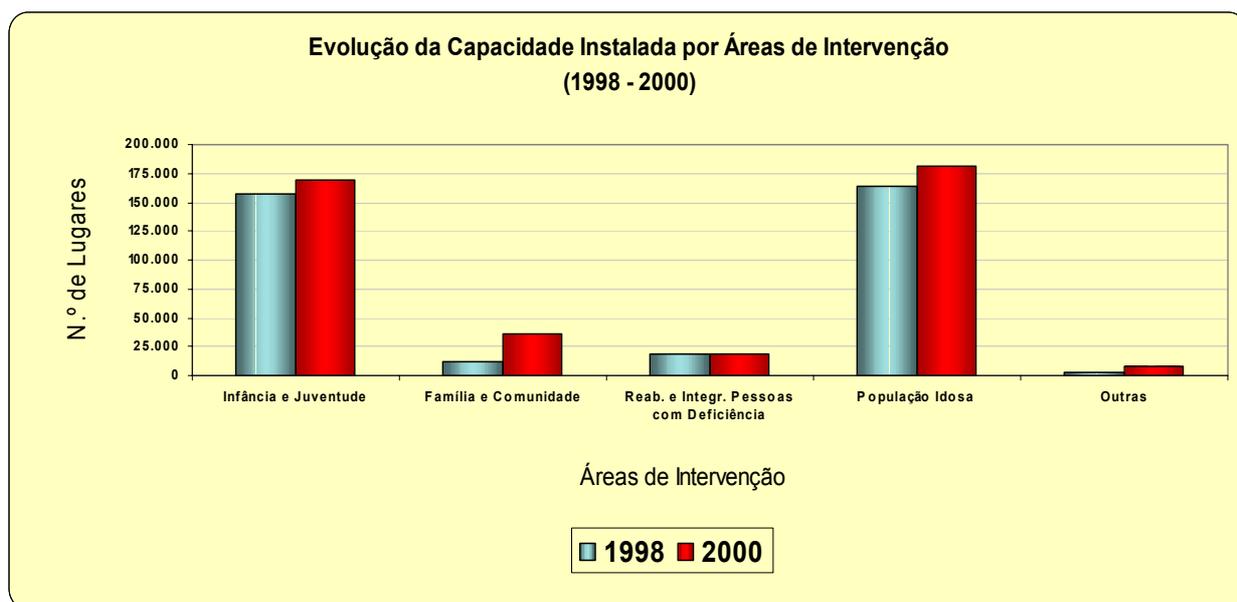
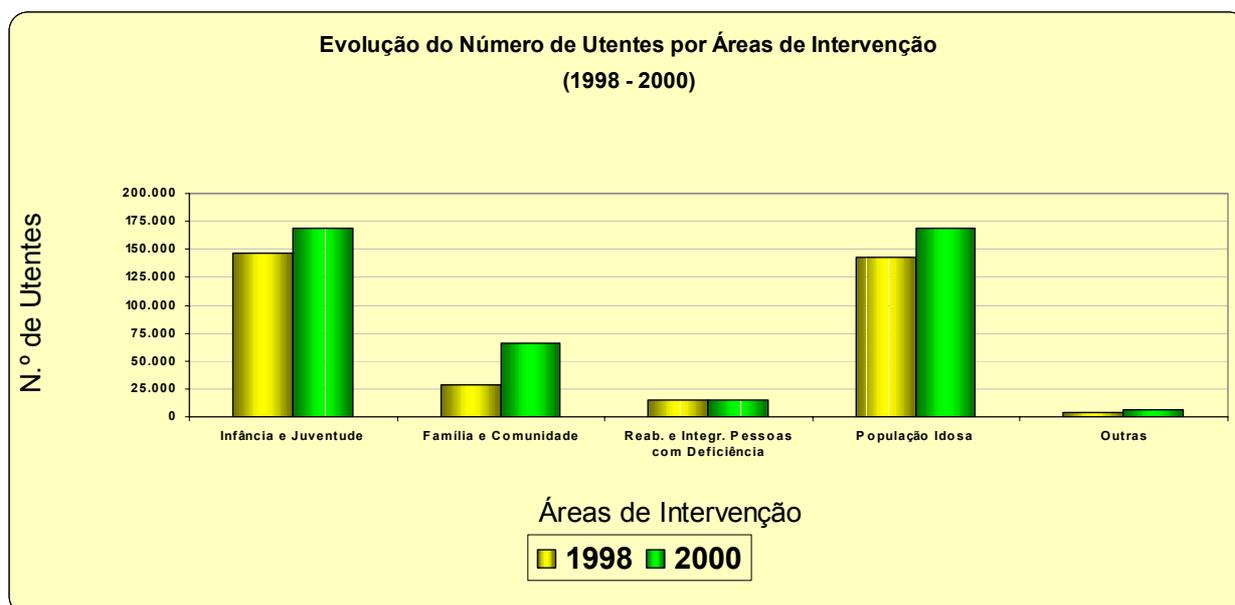


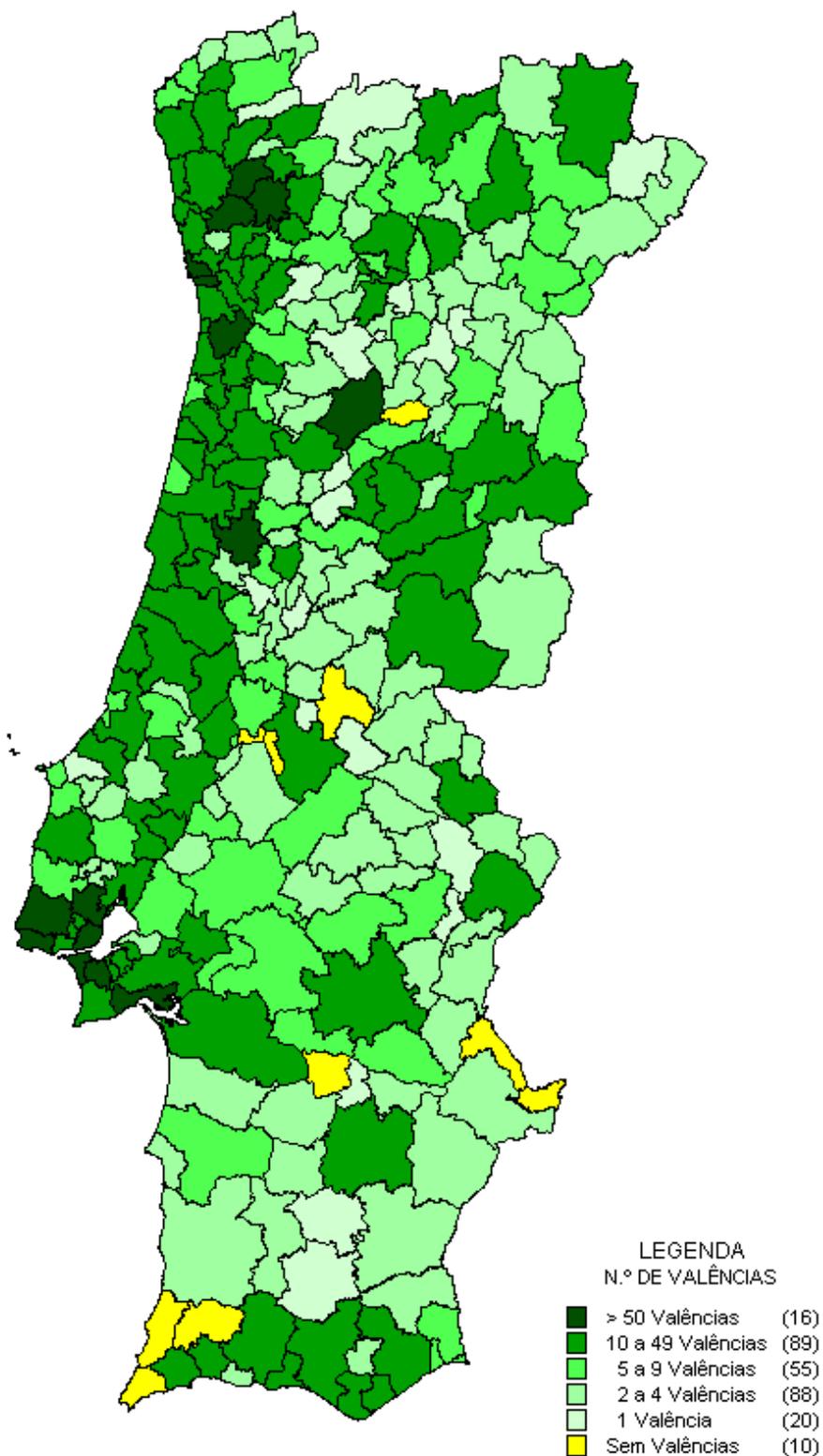
Gráfico N.º 21



#### 4.2.1 ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Mapa N.º 3

Distribuição Espacial das Valências para a Área da Infância e Juventude, por Concelho  
Ano de 2000



Relativamente à área da Infância e Juventude, o mapa nº 3, que atrás se apresenta, dá-nos uma panorâmica da distribuição espacial das valências existentes. No entanto, embora se visualizem 10 concelhos sem cobertura de respostas nesta área, na realidade são apenas 4 (Constância, Barrancos, Alvito e Mação), uma vez que nos restantes 6 concelhos (Penalva do Castelo, Vila Nova da Barquinha, Mourão, Monchique, Aljezur e Vila do Bispo) existem famílias de acolhimento para crianças e jovens mas, devido à concepção do referido mapa, onde apenas foram cartografadas as valências a funcionar em equipamentos sociais, estes aparecem sem valências.

### Quadro N.º 15

NUMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, POR DISTRITO

(Ano de 1998)

Distrito	Serviços e Equipamentos para a Infância e Juventude														
	Creche			Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL)			Lar de Crianças e Jovens			Centro de Acolhimento Temporário			Centro de Férias para Crianças e Jovens (a)		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	150	5.950	5.631	204	9.740	8.999	6	280	248	5	123	116	1	748	550
Beja	21	828	814	14	725	558	4	117	134						
Braga	126	5.758	5.503	172	10.254	9.824	23	969	866	2	46	46	4	850	395
Bragança	19	551	501	34	1.220	1.020	8	412	330	1	30	20			
Castelo Branco	48	1.927	1.671	28	1.542	1.393	4	181	166	1	5	4			
Coimbra	72	2.548	2.100	137	5.780	5.058	15	964	779	1	27	25			
Evora	43	1.134	1.097	35	1.600	2.513	11	448	413	2	70	63			
Faro	74	2.486	2.302	64	2.930	2.840	9	460	430	3	44	37	1	45	45
Guarda	44	1.548	1.196	52	2.989	2.736	7	432	402						
Leiria	65	2.218	2.046	51	2.158	1.887	4	128	123	3	75	73			
Lisboa	329	11.666	10.856	354	24.006	22.997	58	1.604	1.526	13	342	313	4	1.255	716
Portalegre	34	1.046	994	30	1.156	968	2	60	57	1	15	15			
Porto	174	5.715	5.422	200	11.522	10.777	43	2.223	1.986	5	159	121	4	494	286
Santarém	41	1.468	1.461	60	3.038	2.687	11	381	382	1	54	54	1	50	25
Setúbal	140	3.817	3.484	131	6.175	6.688	10	345	345	5	64	64	1	120	120
Viana Castelo	24	985	931	45	1.721	1.560	6	212	183	1	14	12	2	90	30
Vila Real	24	925	693	33	1.583	1.283	5	265	224						
Viseu	56	1.640	1.554	55	2.205	2.274	5	230	240	1	16	16	1	50	50
<b>Continente</b>	<b>1.484</b>	<b>52.210</b>	<b>48.256</b>	<b>1.699</b>	<b>90.344</b>	<b>86.062</b>	<b>231</b>	<b>9.711</b>	<b>8.834</b>	<b>45</b>	<b>1.084</b>	<b>979</b>	<b>19</b>	<b>3.702</b>	<b>2.217</b>

(a) - Esta valência em 2000 passou a integrar a área de intervenção da Família e Comunidade

## Quadro nº 16

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos para a Infância e Juventude																	
	Creche			Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL)			Lar de Crianças e Jovens			Centro Acolh. Temporário / Casa Acolhimento Emergência			Unidade de Emergência			Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	153	5.788	6.255	212	9.533	10.368	5	196	156	6	135	117						
Beja	21	910	890	16	997	971	4	128	122	2	37	39						
Braga	134	6.633	6.279	208	12.068	12.074	23	949	856	5	95	89						
Bragança	21	702	706	37	1.769	1.408	8	374	338	2	30	20						
Castelo Branco	51	2.183	1.742	36	1.767	1.673	5	203	185	2	11	5						
Coimbra	75	3.040	2.912	141	7.210	7.076	16	876	849	1	70	58						
Evora	44	1.175	1.182	40	1.995	1.742	10	430	357	3	84	84						
Faro	81	2.966	2.992	69	3.582	3.171	11	614	520	6	81	68				1	40	32
Guarda	44	1.721	1.403	62	3.172	2.803	7	454	396									
Leiria	70	2.254	2.749	62	2.478	2.766	4	64	101	2	15	24						
Lisboa	328	12.318	12.633	350	25.047	25.060	59	1.554	1.488	11	255	281	4	26	37			
Portalegre	36	1.175	1.098	41	1.551	1.503	2	62	53	2	44	34						
Porto	193	6.573	6.619	228	12.976	12.994	44	2.203	2.057	9	269	183	1	5				
Santarém	46	1.784	1.714	67	4.108	3.816	11	358	335	3	46	38						
Setúbal	150	3.883	4.056	141	6.071	7.758	10	254	328	5	52	66				3	54	54
Viana Castelo	31	1.084	1.093	56	2.304	2.119	6	211	179	1	15	11						
Vila Real	41	1.218	1.130	49	1.945	1.888	5	241	216	1	20	20						
Viseu	56	1.751	1.715	64	2.920	2.676	8	372	315	1	16	15						
<b>Continente</b>	<b>1.575</b>	<b>57.158</b>	<b>57.168</b>	<b>1.879</b>	<b>101.493</b>	<b>101.866</b>	<b>238</b>	<b>9.543</b>	<b>8.851</b>	<b>62</b>	<b>1.275</b>	<b>1.152</b>	<b>5</b>	<b>31</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	<b>94</b>	<b>86</b>

De acordo com os quadros nºs 15 e 16, na área da Infância e Juventude, no global, foram criadas mais 285 valências, de que resultam 12.543 novos lugares e 22 812 novos utentes. Destacam-se a Unidade de Emergência e o Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens como respostas sociais novas, originando um acréscimo de mais 125 lugares e 123 utentes, nos distritos de Lisboa e Porto, e de Faro e Setúbal, respectivamente.

A resposta social que apresenta a maior taxa de crescimento é o Centro de Acolhimento Temporário/Casa de Acolhimento de Emergência, para crianças e jovens em risco, registando 38% (17) de novas valências, 18% (191) de novos lugares e mais 18% (173) de crianças e jovens acolhidos, sendo os distritos do Porto, Braga e Faro aqueles onde foram criadas mais valências.

Embora não se possam somar as várias respostas sociais, uma vez que cada uma delas responde a tipos diferentes de necessidades, podemos dizer que o ATL e a creche têm um peso relativo de 50% e 42%, respectivamente, no conjunto das respostas existentes, sendo também, em números absolutos, as que mais cresceram. Foram criadas mais 180 valências de ATL, correspondendo a mais 11 149 lugares, registando-se um acréscimo de 15 804 utentes, com maior incidência nos distritos de Braga e Porto. Quanto às creches, abriram mais 91, com

4 948 novos lugares, contribuindo para o acréscimo de 8 912 crianças, com particular destaque nos distritos do Porto e de Vila Real.

É, ainda, de referir que o conjunto de amas e de famílias de acolhimento perfazem um total de mais 3 971 respostas e 8 743 utentes, como se pode constatar no quadro nº 17, tendo-se registado um crescimento de 14% (173) de amas em relação às existentes em 1998, e um acréscimo de 8% (404) no número de crianças em ama.

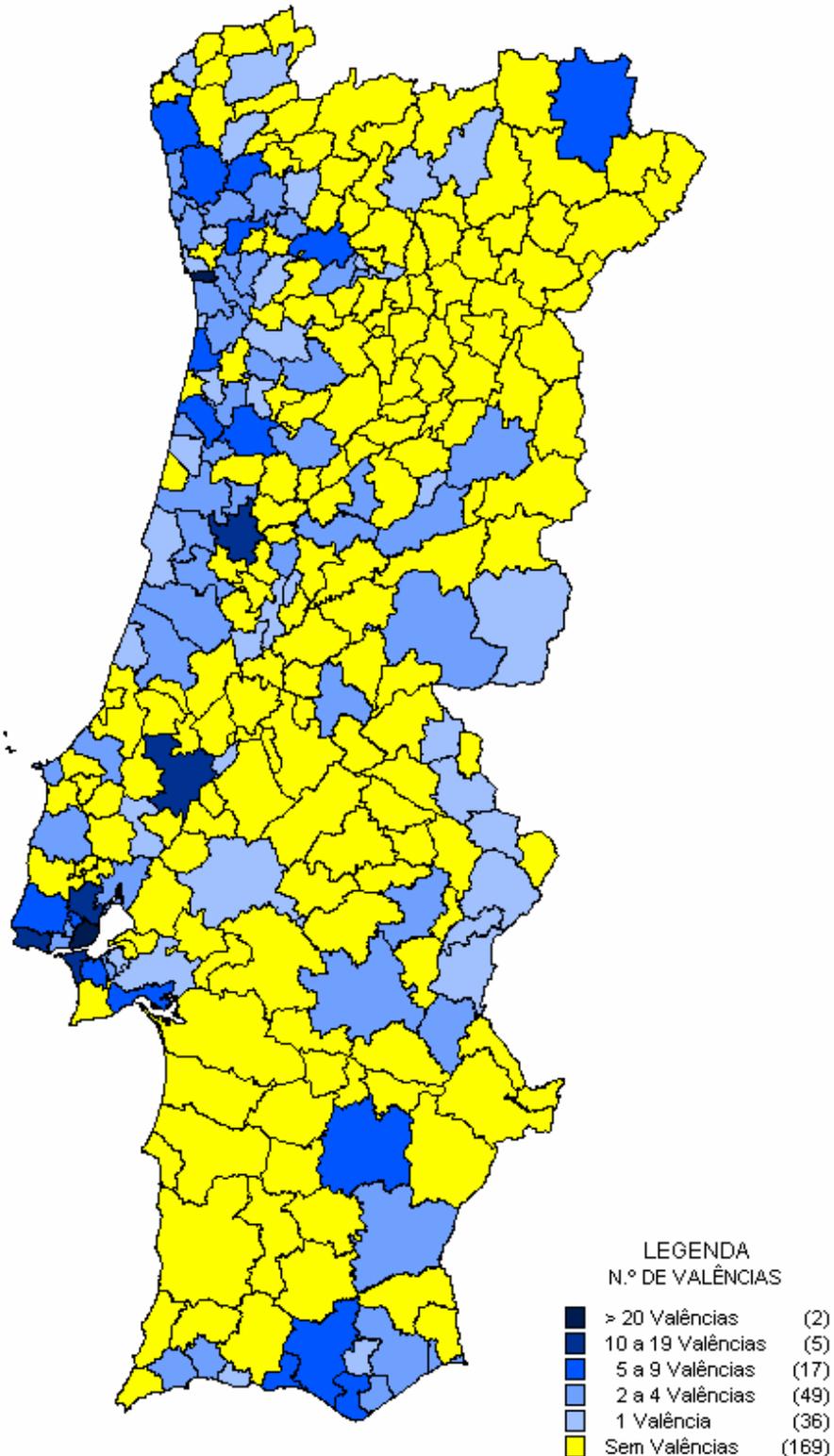
**Quadro Nº 17**  
**AMAS E ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA A ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, POR DISTRITO**  
**(Ano de 2000)**

Distrito	Amas			Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens		
	N.º de Amas	N.º de Crianças em Ama	N.º Médio de Crianças por Ama (2/1)	Nº de Famílias de Acolhimento	Nº de Crianças e Jovens Acolhidos	N.º Médio de Crianças e Jovens Acolhidos por Família (5/4)
	1	2	3	4	5	6
Aveiro	66	250	4	392	503	1
Beja				2	3	2
Braga	127	484	4	644	951	1
Bragança	50	191	4	36	56	2
Castelo Branco	9	33	4	9	19	2
Coimbra	87	132	2	74	91	1
Evora	11	48	4	57	89	2
Faro	40	156	4	179	232	1
Guarda	19	79	4	11	15	1
Leiria	21	84	4			
Lisboa	241	930	4	263	343	1
Portalegre	14	57	4	35	49	1
Porto	334	1301	4	137	182	1
Santarém	105	413	4	53	71	1
Setúbal	245	931	4	360	473	1
Viana Castelo	18	64	4	95	146	2
Vila Real				136	194	1
Viseu	20	67	3	81	106	1
<b>Continente</b>	<b>1407</b>	<b>5220</b>	<b>4</b>	<b>2564</b>	<b>3523</b>	<b>1</b>

## 4.2.2 ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Mapa N.º 4

Distribuição Espacial das Valências para a Área da Família  
e Comunidade, por Concelho  
Ano de 2000



## Quadro N.º 18

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade																				
	Atendimento/Acompanhamento Social			Centro de Alojamento Temporário			Comunidade de Inserção			Centro Comunitário (Intervenção Comunitária)			Colónia de Férias			Refeitório/Cantina Social			Banco Alimentar		
	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes
Aveiro	10		723				2	22	18	7		885	2	102		2	55	60	1		
Beja	2		270													1	30				
Braga	6		49	2	30	30										4	200	237			
Bragança																3	130	240			
Castelo Branco																8	122				
Coimbra	17		361	2	29	29				1		100	3	154	80	4	403	581	1		
Evora	8		587													1	65	130	1		
Faro	3		78	1	8	8				2		165	2	1.096	60	7	345	340			
Guarda										1		62	1	125		2	20				
Leiria							1	11	8				5	1.566	1.429	1	45				
Lisboa	103		6.828	16	383	429	11	717	703	28		5.006	6	804	290	16	1.798	1.163	1		
Portalegre													1	39		1	67				
Porto	30		1.531	5	193	161				7		856	2	158	110	10	1.462	980	1		
Santarém	5		225				2	32	30	1		50	1	120	85	4	355	229			
Setúbal	9		530	1	7	4	1	11	11	5		1.650	2	920	100	2	320				
Viana Castelo	1		60	1	12	12				1		110	2	202		2	42	14			
Vila Real	1		42												1	65					
Visu	1		200										1	154							
<b>Continente</b>	<b>196</b>		<b>11.484</b>	<b>28</b>	<b>662</b>	<b>673</b>	<b>17</b>	<b>793</b>	<b>770</b>	<b>53</b>		<b>8.884</b>	<b>28</b>	<b>5.440</b>	<b>2.154</b>	<b>69</b>	<b>5.524</b>	<b>3.974</b>	<b>5</b>		

Nota: Não foram apurados os dados referentes às capacidades das Valências Atendimento/Acompanhamento Social, Centro Comunitário e Banco Alimentar. Para esta última valência também não foi possível obter os dados referentes ao número de utentes que dela beneficiam.

## Quadro N.º 19

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade																								
	Atendimento/Acompanhamento Social			Centro de Alojamento Temporário			Comunidade de Inserção			Centro Comunitário			Colónia de Férias			Refeitório/Cantina Social			Casa de Abrigo			Banco Alimentar			
	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	
Aveiro	12	2709	2351	1	10	4	2	50	32	19		885	4	102	171	3	55	60						3	
Beja	6	757	1276							1						2									
Braga	9	466	447	3	36	15				4			4	404	6	200	237								
Bragança				1	6										4	130	240	1	20	0					
Castelo Branco				1	4	1									6	92									
Coimbra	15	1620	2527	2	30	19				1		100	4	144	180	3	33	71	1	35	30	1			
Evora	7	1818	1657												1	65	130	1	25	25	1				
Faro	14	181	2310	2	16	32	1	22	22	7		165	3	1096	3469	9	310	280							1
Guarda										1		62	1	125	138	1	20								1
Leiria		148					3	8	5	2			5	1489	1985	7									
Lisboa	124	7676	25298	16	797	610	7	169	86	28		4495	8	140	252	14	1735	1139							1
Portalegre				1	12	11							1	39		2	67								
Porto	30	2825	3195	5	185	154	1	150	120	13		856	4	15	105	13	1462	980							1
Santarém	7	4324	4417		37	12	2	52	58	2		50	2	120	85	4	355	229							2
Setúbal	11	2577	1859	2	7	16				6		163	3	920	144	3	320								
Viana Castelo	1	35	25	1	8	8				2		110	2	202	200	2	12	14	1	5	8				
Vila Real	2	251	52	1	15	9				2															
Visu													4	154	200	1									
<b>Continente</b>	<b>237</b>	<b>25396</b>	<b>45403</b>	<b>36</b>	<b>1153</b>	<b>895</b>	<b>16</b>	<b>451</b>	<b>323</b>	<b>89</b>	<b>0</b>	<b>8374</b>	<b>45</b>	<b>4546</b>	<b>7333</b>	<b>81</b>	<b>4656</b>	<b>3380</b>	<b>4</b>	<b>86</b>	<b>64</b>	<b>11</b>			

Nota: Não foram apurados os dados referentes às capacidades das Valências Centro Comunitário e Banco Alimentar. Para esta última valência também não foi possível obter os dados referentes ao número de utentes que dela beneficiam.

Na área da Família e Comunidade, de um modo geral, o número de respostas sociais cresceu muito significativamente, no período de referência (quadros n.ºs 18 e 19).

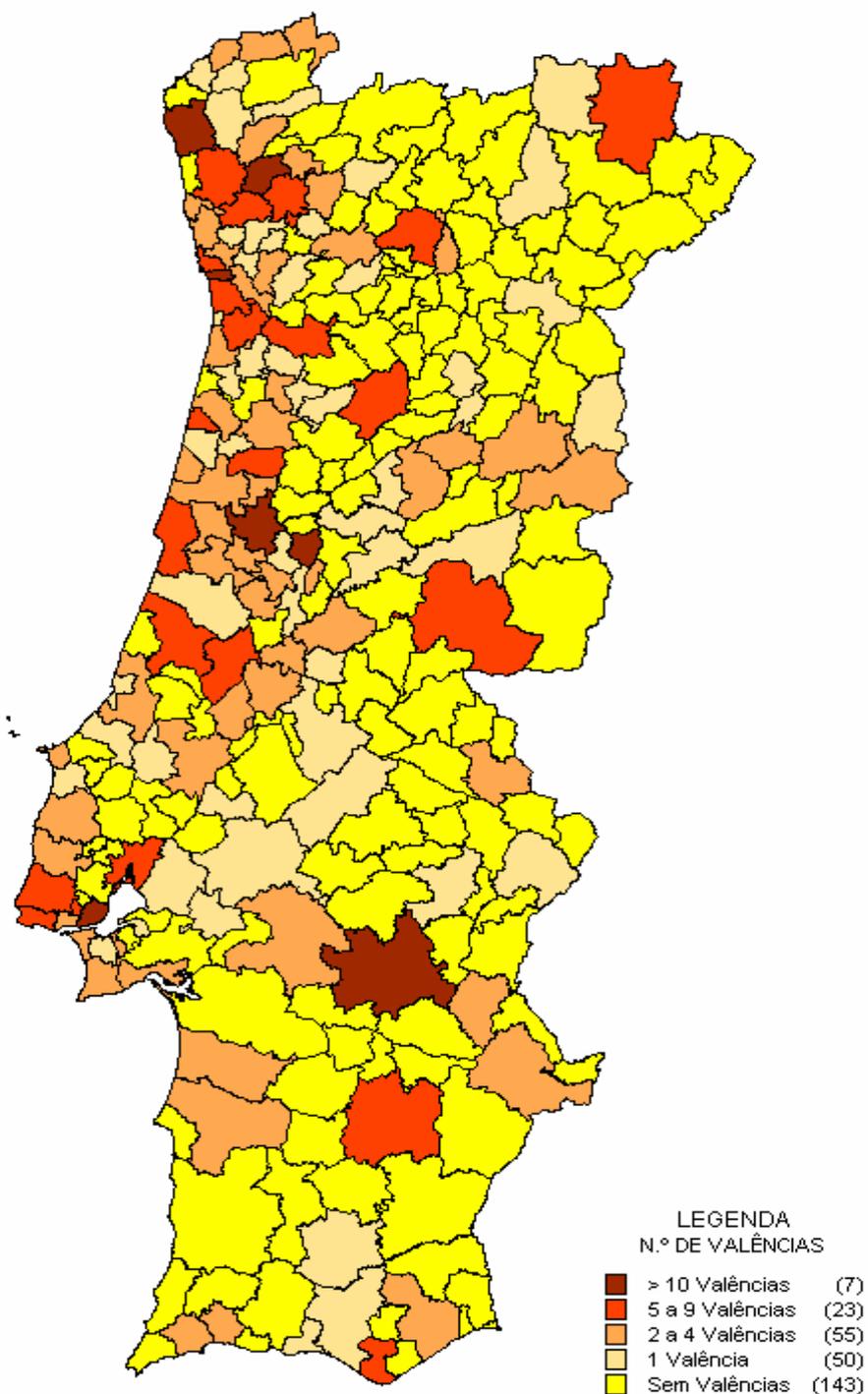
A valência “Centro Comunitário” é a que ilustra melhor a afirmação anterior, pois é aquela onde se regista a maior evolução. O número de centros comunitários cresceu 66% em relação a 1998.

O facto da resposta social “Centro de Férias” ter subido cerca de 60% em 2000, não pode ser levado em conta, uma vez que esta valência em 1998 estava dividida pelas quatro áreas de intervenção (centro de férias para crianças e jovens, para pessoas com deficiência, para idosos e para a família e comunidade), sendo actualmente agregada numa só.

#### 4.2.3 ÁREA DA REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Mapa N.º 5

Distribuição Espacial das Valências para a Área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, por Concelho  
Ano de 2000



## Quadro N.º 20

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência																				
	Apoio em Regime Ambulatório			Intervenção Precoce			Lar de Apoio			Centro de Atividades Ocupacionais			Lar Residencial			Serviço de Apoio Domiciliário			Outras (a)		
	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes
Aveiro				3	103	103				21	555	551	9	85	79	4	106	103	1	49	49
Baja	1	85	165	1	70	124	1	12	12	4	100	95				1	25	8		2	
Braga	2	170	146	6	128	100	2	27	27	15	431	366	5	109	109	6	150	144	2	183	183
Bragança							1	50	37				1	40	40	1	20	20			
Castelo Branco							2	43	42	5	149	130	3	86	100	1	5	2			
Coimbra	4	1820	1430	10	533	361	7	93	47	15	541	485	10	141	105						
Evora	1	45	55	2	85	195				8	208	201	4	72	65				2		
Faro	2	120	120	4	155	100	1	38	8	7	220	182	2	48	43				4		
Guarda							1	15	15	6	173	153	2	54	54						
Leiria				1	15	3				11	343	318	7	122	105						
Lisboa	10	2744	1123	18	1162	601	18	594	551	46	1795	1757	36	1147	1036	5	109	120	6		10
Portalegre				1	10	10				3	70	55	1	10	10				2	21	21
Porto				4	69	51	3	48	43	28	857	816	12	366	256	3	228	217			
Santarém				2	40	31	1	16	16	10	426	349	3	230	235						
Setúbal				4	145	150				9	214	211	2	19	21						
Viana Castelo				1	14	17	2	14	14	8	192	137	2	18	14						
Vila Real				1	50	50				3	97	79				1	40	40			
Visu	1	250	212				1	9	7	4	123	123	2	45	43						
<b>Continente</b>	<b>21</b>	<b>5234</b>	<b>3257</b>	<b>58</b>	<b>2579</b>	<b>1906</b>	<b>40</b>	<b>958</b>	<b>828</b>	<b>203</b>	<b>6914</b>	<b>6022</b>	<b>100</b>	<b>2652</b>	<b>2366</b>	<b>22</b>	<b>683</b>	<b>660</b>	<b>19</b>	<b>253</b>	<b>253</b>

(a) Inclui as valências Atendimento e Consulta Interdisciplinar para Crianças e Jovens e suas Famílias, Apoio Técnico Interdisciplinar a Crianças e Jovens e suas Famílias, Centro de Férias, Centro de Produção de Material, Imprensa Braille, Transporte Público, valências At com Deficiência e Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

## Quadro N.º 21

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência																				
	Apoio em Regime Ambulatório			Intervenção Precoce			Lar de Apoio			Centro de Atividades Ocupacionais			Lar Residencial			Serviço de Apoio Domiciliário			Outras (a)		
	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes	Nº Valências	Capacidade	Nº Utentes
Aveiro				3	125	125				22	689	655	12	118	119	4	80	70			
Baja				1	156	156	1	12	12	5	111	117	1	14		1	25	10			
Braga				6	148	137	1	15	15	19	433	365	9	130	126	6	123	119	1		
Bragança	1	15	10	1	14	14	2	130	49	3	140	121	2	120	67	2	27	23			
Castelo Branco							1	18	18	5	140	124	4	125	111	1					
Coimbra				10	209	228	6	71	50	17	949	753	14	266	224	1	10	5	1		
Evora	1			2	114	124				10	300	233	5	98	94						
Faro	1	120	120	4	90	81	1	113	63	9	262	229	4	180	114						
Guarda							1	24	21	10	262	226	3	88	91						
Leiria										11	414	383	8	155	123						
Lisboa	9	2551	967	16	1501	968	14	445	407	43	1761	1454	34	1137	1190	6	221	157	3		
Portalegre				1	26	26				3	106	77	2	20	20						
Porto				7	127	108	4	62	57	31	967	911	12	368	350	3	159	146	4		
Santarém				4	76	69	2	24	24	14	538	476	3	236	235						
Setúbal				4	150	159				10	314	311	4	50	31						
Viana Castelo				1	16	16	4	36	36	14	239	222	2	15	15						
Vila Real				1	10	10	1	25	25	3	140	125	1	30	25	1	40	40			
Visu							1	9	8	4	200	193	3	105	80						
<b>Continente</b>	<b>12</b>	<b>2686</b>	<b>1097</b>	<b>61</b>	<b>2762</b>	<b>2221</b>	<b>39</b>	<b>984</b>	<b>785</b>	<b>233</b>	<b>7965</b>	<b>7006</b>	<b>123</b>	<b>3313</b>	<b>3082</b>	<b>25</b>	<b>685</b>	<b>570</b>	<b>9</b>		

(a) Inclui as valências Centro de Produção de Material, Imprensa Braille, Transporte Público de Pessoas com Deficiência e Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

No que respeita à área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, os quadros n.ºs 20 e 21 demonstram que no ano 2000, e para a maioria das respostas sociais, verificou-se uma ligeira evolução do número de valências. Esta evolução é mais evidente no caso dos Lares Residenciais, cujo número aumentou 23%, a sua capacidade instalada 22%, subindo também o número de utilizadores em cerca de 30%.

No caso dos Centros de Actividades Ocupacionais, o seu número efectivo cresceu 15%, fazendo aumentar também a capacidade instalada em 22% e o número de utentes em 17%.

No que concerne às “Outras Respostas”, não é possível estabelecer uma análise comparativa / evolutiva (1998 – 2000), pois o conjunto de valências estudado neste grupo no ano 2000, difere do analisado aquando da primeira inquirição (1998).

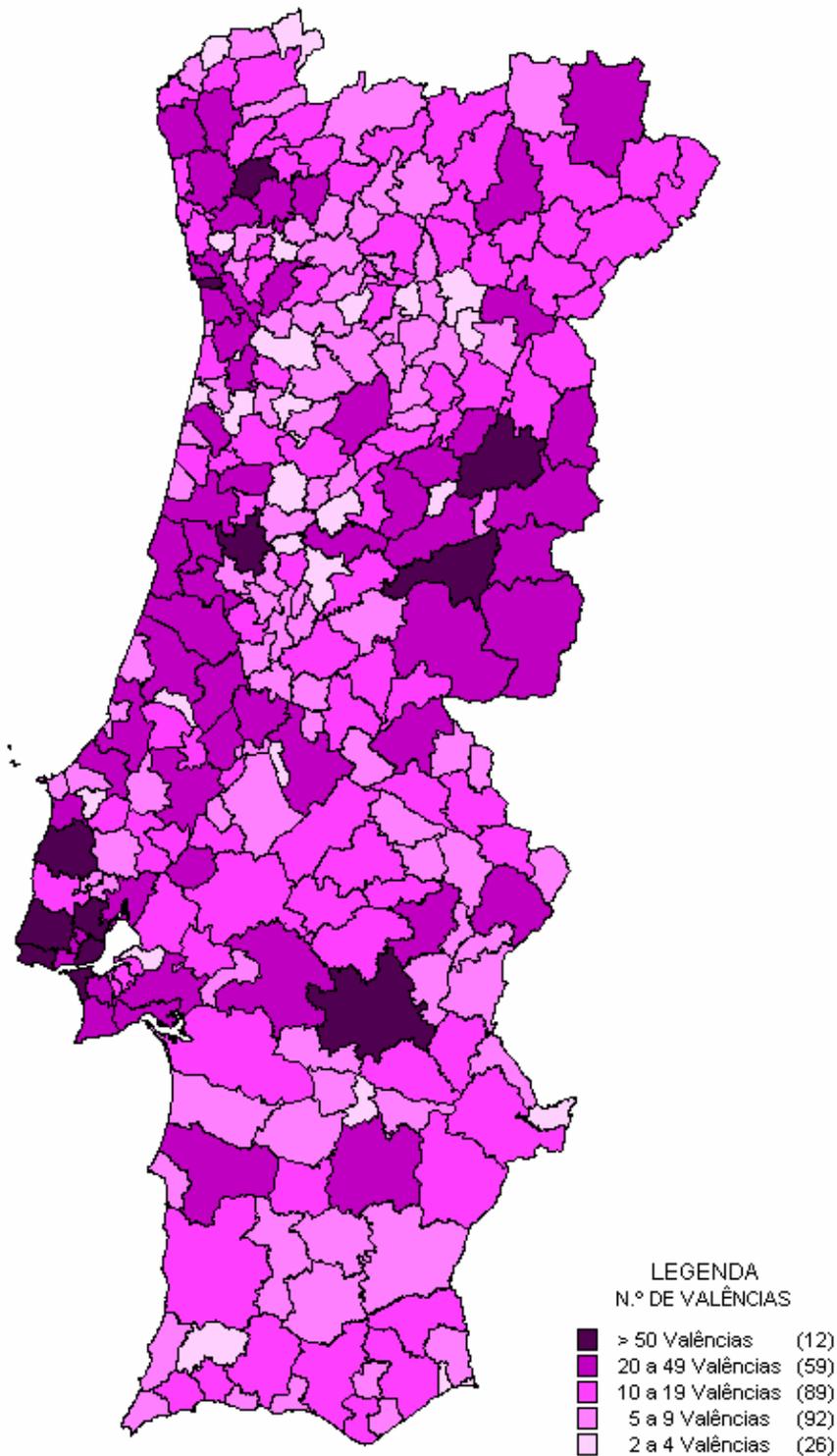
No Continente existem, ainda, 170 famílias de acolhimento, acolhendo 188 crianças e jovens com deficiência. Contrariamente ao que é vulgar registar-se, o distrito de Lisboa não é aquele onde se concentram mais respostas deste tipo. Os distritos de Braga (43 famílias), Vila Real (28 famílias) e Porto (22 famílias), são aqueles onde se observa um maior número.

No tocante ao acolhimento familiar para adultos com deficiência, apenas 78 famílias estão vinculadas a esta resposta, envolvendo no total 91 utentes. À semelhança do que acontece para o acolhimento para crianças e jovens, continuam a ser os distritos da Região Norte, aqueles onde mais famílias acolhem este tipo de população. Os distritos onde mais adultos são integrados nas famílias são Viana do Castelo (29), Braga (27) e Vila Real (20).

#### 4.2.4 ÁREA DA POPULAÇÃO IDOSA

Mapa N.º 6

Distribuição Espacial das Valências para a Área da População Idosa,  
por Concelho  
Ano de 2000



## Quadro N.º 22

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA POPULAÇÃO IDOSA, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Serviços e Equipamentos para População Idosa																	
	Centro de Convívio			Centro de Dia			Lar para Idosos			Residência para Idosos			Serviço de Apoio Domiciliário			Centro de Férias (a)		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	11	265	259	81	2.264	1.725	55	2.264	2.197	2	107	51	60	1.587	1.235	2	88	75
Beja	3	90	65	31	1.039	574	40	2.367	2.340	0	0	0	22	965	729	0	0	0
Braga	24	1.464	788	65	1.337	1.030	66	2.837	2.670	1	12	10	104	2.381	2.013	3	41	20
Bragança	3	135	121	67	1.502	1.018	44	1.349	1.217	2	13	10	48	1.522	954	0	0	0
Castelo Branco	10	890	565	102	3.297	2.094	28	1.831	1.682	0	0	0	107	2.403	1.791	0	0	0
Coimbra	18	577	436	92	2.800	2.236	54	2.500	2.343	1	14	0	106	2.630	2.321	0	0	0
Evora	20	1.418	1.450	63	1.805	1.199	44	1.678	1.584	0	0	0	48	1.555	1.438	0	0	0
Faro	4	230	121	50	1.996	1.181	48	2.356	2.177	2	90	77	45	1.398	986	1	17	17
Guarda	0	0	0	105	2.474	1.892	56	2.413	2.356	0	0	0	71	1.419	1.544	0	0	0
Leiria	11	215	182	43	993	794	66	2.379	2.195	0	0	0	61	2.072	1.961	1	121	17
Lisboa	157	13.333	11.452	195	10.670	10.023	291	10.293	9.437	23	371	314	182	6.800	6.604	3	74	40
Portalegre	7	375	291	56	1.483	991	40	1.951	1.879	0	0	0	49	1.627	1.275	0	0	0
Porto	79	3.660	2.898	104	4.239	3.357	90	3.777	3.614	3	124	108	104	3.305	2.905	1	250	105
Santarém	14	580	531	89	2.901	2.075	81	3.050	2.977	4	84	73	83	2.259	1.993	0	0	0
Setúbal	29	5.949	5.800	85	4.506	3.821	89	3.496	3.199	1	60	60	61	2.265	1.917	0	0	0
Viana Castelo	3	160	104	25	679	550	18	928	984	0	0	0	34	955	812	0	0	0
Vila Real	8	225	182	30	901	632	21	1.264	1.236	0	0	0	39	1.093	1.012	0	0	0
Visu	4	104	70	58	1.387	1.136	50	2.326	2.339	0	0	0	64	1.786	1.724	1	35	0
<b>Continente</b>	<b>405</b>	<b>29.670</b>	<b>25.315</b>	<b>1.341</b>	<b>46.273</b>	<b>36.328</b>	<b>1.181</b>	<b>49.059</b>	<b>46.426</b>	<b>39</b>	<b>875</b>	<b>703</b>	<b>1.288</b>	<b>38.022</b>	<b>33.214</b>	<b>12</b>	<b>626</b>	<b>274</b>

(a) - Esta valência em 2000 passou a integrar a área de intervenção da Família e Comunidade

## Quadro N.º 23

NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA POPULAÇÃO IDOSA, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos para População Idosa																	
	Centro de Convívio			Centro de Dia			Lar para Idosos			Residência para Idosos			Serviço de Apoio Domiciliário			Centro de Acolhimento Temporário de Emergência		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	16	306	295	88	2.341	1.893	59	2.369	2.615	2	99	84	77	2.126	2.048			
Beja	6	260	181	40	1.147	678	42	2.407	2.394				43	1.566	1.358			
Braga	24	771	772	77	1.552	1.246	82	3.293	2.979	1	12	10	131	3.230	2.942	1	6	5
Bragança	4	165	138	78	2.045	994	48	1.661	1.569	2	10	6	65	2.077	1.301			
Castelo Branco	10	922	673	111	3.187	2.037	35	1.881	1.841				117	2.572	2.276			
Coimbra	17	833	494	93	3.405	2.677	66	3.042	2.948	1	24	10	111	3.137	3.344			
Evora	24	1.570	1.158	72	2.124	1.638	49	1.925	1.888				63	2.055	2.020	1	15	15
Faro	3	230	126	53	2.228	1.111	49	2.495	2.387	3	228	205	50	1.633	1.380			
Guarda				146	3.570	2.488	68	3.130	3.086				122	2.460	2.605			
Leiria	14	302	295	50	1.177	924	78	2.026	2.451			24	69	2.661	2.626			
Lisboa	153	9.071	10.128	220	11.074	9.476	377	11.322	10.890	29	672	591	198	7.656	7.718			
Portalegre	14	773	703	62	1.699	987	44	2.073	1.914	1	6	6	60	1.966	1.603			
Porto	87	3.687	3.662	121	4.846	3.961	111	4.453	4.108	5	142	104	119	3.903	3.535	2	29	25
Santarém	22	985	950	99	3.291	2.348	96	3.296	3.251	6	114	82	91	3.094	2.599	4	86	81
Setúbal	33	4.501	6.925	91	4.343	5.937	87	3.654	3.616				73	2.695	2.958			
Viana Castelo	13	265	259	35	928	718	27	1.371	1.364				46	1.099	1.025			
Vila Real	3	120	102	46	963	887	27	1.294	1.261				67	2.161	2.230			
Visu	4	150	86	60	1.493	1.142	62	2.862	2.675	1	2	2	79	2.653	2.367			
<b>Continente</b>	<b>447</b>	<b>24.911</b>	<b>26.947</b>	<b>1.542</b>	<b>51.413</b>	<b>41.142</b>	<b>1.407</b>	<b>54.554</b>	<b>53.237</b>	<b>51</b>	<b>1.309</b>	<b>1.124</b>	<b>1.581</b>	<b>48.734</b>	<b>45.935</b>	<b>8</b>	<b>136</b>	<b>126</b>

Em relação à área da população idosa, e atendendo ao peso que representa actualmente na sociedade, e à preocupação política não só no crescimento, mas essencialmente na qualidade das respostas sociais existentes, optou-se por fazer uma análise mais minuciosa das mesmas.

Assim, tendo por base os quadros n.º 22 e 23, verifica-se o seguinte:

- **Centro de Convívio** – regista um crescimento de cerca de 10%, o que representa a oferta de mais 42 respostas de centros de convívio, apesar de em alguns distritos, nomeadamente, Coimbra, Faro, Lisboa e Vila Real, o seu número ter diminuído. A capacidade apresenta um crescimento negativo de 16%, apesar de alguns distritos registarem um aumento de oferta de lugares superior a 50% (Beja com 189%, Santarém com 70% e Viana do Castelo com 66%). O número de utentes que utilizam esta resposta aumentou em 6%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 1 632 utilizadores. Esta correlação de crescimento verificou-se, de uma maneira mais acentuada, nos distritos de Beja, Portalegre, Santarém e Viana do Castelo;
- Quanto ao **Centro de Dia**, nota-se um aumento significativo desta resposta social, quer em número de valências (15%), quer na capacidade (11%), bem como no número de utentes (13%). No entanto, destaca-se que este crescimento foi mais acentuado, em termos percentuais, nos distritos de Beja, Évora, Guarda, Viana do Castelo e Vila Real;
- **Lar para Idosos e Residência para Idosos** – estas duas respostas sociais sofreram também uma evolução positiva, de cerca de 20%, o que equivale ao aparecimento de mais 226 lares e 12 residências para idosos. Assim, a oferta do número de lugares subiu para 55 863, o que equivale a um acréscimo de 5 929 lugares (12%) e o número de utilizadores passou para 54 361 (15%). De referir que este acréscimo foi mais notório nos distritos de Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Lisboa e Viana do Castelo;
- **Serviço de Apoio Domiciliário** – esta valência tem vindo a ser considerada como prioritária nos últimos anos, pelo que se tem verificado um crescimento bastante acentuado.

Assim, do ano de 1998 para 2000, apareceram 293 novas respostas, o que representa um crescimento de 23% a nível do Continente. O maior desenvolvimento deu-se nos distritos de Braga, Guarda e Vila Real.

A capacidade também apresenta um aumento progressivo (28%), assim como o número de utentes que aumentou 38%, representando um acréscimo de 12 721 utentes;

- **Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos** – as transformações verificadas na sociedade, resultantes de factores diversos, levam ao surgimento de novas respostas sociais. É o caso desta que surgiu já em alguns distritos, sendo desenvolvida em equipamentos já existentes, com lugares adaptados a esta nova realidade. Actualmente existem 8 centros com uma capacidade para receberem 136 idosos;
- O **Acolhimento Familiar para Idosos** existe, no momento, em 8 distritos do Continente – Braga, Bragança, Évora, Faro, Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

No levantamento efectuado, identificaram-se 113 famílias que recebem 164 pessoas idosas. Destes idosos acolhidos, 76% são do sexo feminino.

De referir ainda, que 85% destes utentes têm idades compreendidas entre os 60 e 89 anos.

## 4.2.5 ÁREAS DA TOXICODPENDÊNCIA E DAS PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS

Quadro nº 24

NUMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA TOXICODPENDÊNCIA E DAS PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes						Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias								
	Equipa de Rua			Apartamento de Reinserção Social			Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial			Serviço de Apoio Domiciliário			Residência		
	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	1		35	1	8	7									
Beja															
Braga										1	2	1	1	5	5
Bragança															
Castelo Branco															
Coimbra	1		60	1	8	4	2	73	73						
Evora	2		45	2	30	31									
Faro	4		108	1	8	8	2	59	55	1	34	8	4	30	17
Guarda															
Leiria															
Lisboa	3		623	8	92	73	11	1.091	1.067	5	214	196	4	87	123
Portalegre															
Porto							2	304	304						
Santarém	1		400	4	34	26									
Setúbal				5	91	63	3	212	179	1	30	68			
Viana Castelo													1	25	50
Vila Real															
Viseu															
<b>Continente</b>	<b>12</b>		<b>1.271</b>	<b>22</b>	<b>271</b>	<b>212</b>	<b>20</b>	<b>1.739</b>	<b>1.678</b>	<b>8</b>	<b>280</b>	<b>273</b>	<b>10</b>	<b>147</b>	<b>195</b>

Nota: Não foram apurados os dados referentes às capacidades da Valência Equipe de Rua.

Quadro nº 25

NUMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA A ÁREA DA TOXICODPENDÊNCIA E DAS PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes						Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias								
	Equipa de Rua			Apartamento de Reinserção Social			Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial			Serviço de Apoio Domiciliário			Residência		
	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	3	425	400	1	8	2	1	50	8	1	16	4			
Beja				1	5	2									
Braga	1	50	70	3	37	42	2	90	81	1	8	2	1	5	4
Bragança															
Castelo Branco															
Coimbra		200	34	1	8	4	2	133	43						
Evora	2	55	55	2	18	20									
Faro	5	660	698	1	8	8	3	277	292	2	49	25	4	18	14
Guarda															
Leiria							1		33	1	44	35			
Lisboa	4	290	210	7	70	101	9	1162	916	5	241	247	3	52	53
Portalegre															
Porto				1	8	8	3	416	234						
Santarém	2	101	460	5	60	61									
Setúbal				4	94	95	3	435	434	1	16	23			
Viana Castelo							1	37	25				1	25	50
Vila Real															
Viseu															
<b>Continente</b>	<b>17</b>	<b>1781</b>	<b>1927</b>	<b>26</b>	<b>316</b>	<b>343</b>	<b>25</b>	<b>2600</b>	<b>2066</b>	<b>11</b>	<b>374</b>	<b>336</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>121</b>

No que concerne às áreas da Toxicodependência e das Pessoas Infectadas com o VIH/SIDA e suas Famílias, tendo por base os quadros nºs 24 e 25, verifica-se que existe uma evolução global positiva das respostas sociais para as duas áreas em análise.

A taxa de crescimento das respostas da área da toxicodependência é de 27%, abrangendo mais 53 % de utentes do que em 1998.

Destaca-se a resposta social Equipa de Rua, que teve um aumento de 42%, abrangendo mais 52% de utentes. Os distritos onde se verificou maior dinamismo foram Aveiro, Santarém, Faro e Lisboa.

As respostas sociais da área do VIH/SIDA tiveram um crescimento de 18%, que se traduziu num aumento da capacidade de 42%, e mais 18% de novos utentes.

O Apoio Domiciliário é a resposta social que apresenta o maior crescimento, 38%, um aumento de capacidade de 34% e mais 23 % de utentes. Os distritos que mais se destacam são Aveiro, Faro e Leiria.

O Atendimento/Acompanhamento Psicossocial regista, também, um aumento de 25% de valências, 50% de capacidade e 23 % de utentes. Os distritos com maior incremento são Aveiro, Braga, Faro, Leiria, Porto e Viana do Castelo.

## 4.2.6 ÁREAS DA SAÚDE MENTAL E DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Quadro N.º 26

NUMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES PARA AS ÁREAS DAS PESSOAS COM DOENÇAS DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO E DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA  
(Ano de 2000)

Distrito	Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doenças do Foro Mental ou Psiquiátrico												Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência					
	Unidade de Vida Protegida (UVP)			Unidade de Vida Apoiada (UVAP)			Unidade de Vida Autónoma (UVAU)			Forum Socio-Ocupacional			Unidade de Apoio Integrado (UAI)			Apoio Domiciliário Integrado (ADI)		
	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes	Nº Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro																2	32	12
Beja																		
Braga																		
Bragança													2	35	20	15	372	302
Castelo Branco																1	8	8
Coimbra										1	92	79	1	8	4	1		60
Evora										1		6	4	44	33			
Faro				1	20	20				3	110	94				17	45	57
Guarda																		
Leiria										2	80	75	1	5	5			
Lisboa	9	51	49	5	20	20	10	37	37	19	648	440	1	28	11	1	35	25
Portalegre													3	14	1	10	113	83
Porto													2	100	80	4	34	17
Santarém													1	13	13	13	142	137
Setúbal										2	29	29						
Viana Castelo																		
Vila Real										1		0	3	45	22	7	125	93
Viseu										1	35	35	2	27	25	2	35	15
Continente	9	51	49	6	40	40	10	37	37	30	994	758	20	319	214	73	941	809

Pelo Despacho Conjunto n.º 407/98 de 15 de Maio, dos Ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, passaram a ser consideradas do âmbito do apoio social, dois novos tipos de respostas. As primeiras dirigidas às pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico e as segundas para prestação de cuidados a pessoas em situação de dependência.

Como se pode verificar pelo quadro n.º 26, as respostas têm tido diferente desenvolvimento.

- Área das Pessoas com Doenças do foro Mental e Psiquiátrico:
  - O Fórum Sócio-Ocupacional tem sido a resposta com maior expansão, localizando-se em diversos distritos, mas com uma maior concentração no distrito de Lisboa (63%). No momento do levantamento já prestava apoio a 758 utentes;
  - As Unidades de Vida Apoiada e de Vida Protegida apresentam uma dimensão praticamente idêntica e o mesmo comportamento, situando-se todas no distrito de Lisboa (15 unidades), recebendo um total de 89 pessoas.

- Área das Pessoas em Situação de Dependência:
  - Nesta área o Apoio Domiciliário Integrado tem tido um maior crescimento em relação à Unidade de Apoio Integrado, localizando-se em 11 distritos, com destaque para Faro, Bragança e Porto.

No total existem 73 valências com uma capacidade de 941 lugares, dos quais são utilizados 809, ou seja 86%.

### 4.3 REDES SOLIDÁRIA E LUCRATIVA

**Quadro N.º 27**

**NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES DAS REDES SOLIDÁRIA E LUCRATIVA, POR DISTRITO**

**(CRECHE, LAR E RESIDÊNCIA PARA IDOSOS - ANO DE 1998)**

Distrito	Rede Solidária						Rede Lucrativa					
	Creche			Lar e Residência para Idosos			Creche			Lar e Residência para Idosos		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	137	5.636	5.364	45	2.211	2.100	13	314	267	12	160	148
Beja	21	828	814	37	2.321	2.294				3	46	46
Braga	117	5.442	5.263	63	2.777	2.613	9	316	240	4	72	67
Bragança	18	536	488	45	1.348	1.218	1	15	13	1	14	9
Castelo Branco	46	1.904	1.651	22	1.654	1.626	2	23	20	6	177	56
Coimbra	68	2.414	2.019	46	2.310	2.203	4	134	81	9	204	140
Evora	38	1.030	1.014	34	1.491	1.411	5	104	83	10	187	173
Faro	49	1.844	1.771	42	2.058	2.001	25	642	531	8	388	253
Guarda	44	1.548	1.196	52	2.304	2.288				4	109	68
Leiria	52	1.932	1.813	35	1.825	1.691	13	286	233	31	554	504
Lisboa	236	8.713	8.279	143	7.960	7.384	93	2.953	2.577	171	2.704	2.367
Portalegre	33	1.028	954	40	1.951	1.879	1	18	40			
Porto	132	4.723	4.693	68	3.586	3.421	42	992	729	25	315	301
Santarém	36	1.332	1.363	51	2.514	2.479	5	136	98	34	620	571
Setúbal	91	2.653	2.520	35	2.308	2.186	49	1.164	964	55	1.248	1.073
Viana Castelo	24	985	931	21	1.264	1.236						
Vila Real	24	925	693	18	928	984						
Viseu	48	1.437	1.391	41	1.926	1.981	8	203	163	9	400	358
<b>Continente</b>	<b>1.214</b>	<b>44.910</b>	<b>42.217</b>	<b>838</b>	<b>42.736</b>	<b>40.995</b>	<b>270</b>	<b>7.300</b>	<b>6.039</b>	<b>382</b>	<b>7.198</b>	<b>6.134</b>

## Quadro nº 28

### NÚMERO DE VALÊNCIAS, CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE UTENTES DAS REDES SOLIDÁRIA E LUCRATIVA, POR DISTRITO

(CRECHE, LAR E RESIDÊNCIA PARA IDOSOS - ANO DE 2000)

Distrito	Rede Solidária						Rede Lucrativa					
	Creche			Lar e Residência para Idosos			Creche			Lar e Residência para Idosos		
	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes	N.º Valências	Capacidade	N.º Utentes
Aveiro	139	5.481	5.933	58	2.364	2.601	14	307	322	9	134	128
Beja	21	910	890	39	2.361	2.348				3	46	46
Braga	126	6.372	6.048	77	3.154	2.923	8	261	231	6	105	62
Bragança	20	687	694	49	1.657	1.561	1	15	12	1	14	14
Castelo Branco	49	2.163	1.715	31	1.853	1.815	2	20	27	4	28	26
Coimbra	71	2.691	2.668	58	2.667	2.624	4	349	244	13	399	334
Evora	39	1.078	1.091	40	1.753	1.722	5	97	91	9	172	166
Faro	56	2.281	2.375	43	2.295	2.279	25	685	617	8	388	313
Guarda	44	1.721	1.403	65	3.037	3.008				3	93	78
Leiria	54	1.914	2.319	39	1.332	1.748	16	340	430	40	698	727
Lisboa	241	9.567	9.797	159	7.003	6.823	87	2.751	2.836	246	4.991	4.658
Portalegre	35	1.157	1.082	43	2.038	1.920	1	18	16			
Porto	144	5.428	5.628	72	4.021	3.668	49	1.145	991	44	574	544
Santarém	42	1.681	1.615	59	2.629	2.630	4	103	99	44	781	703
Setúbal	96	2.586	2.906	37	2.323	2.329	54	1.297	1.150	52	1.331	1.287
Viana Castelo	29	1.039	1.062	27	1.371	1.364	2	45	31			
Vila Real	32	929	907	27	1.294	1.261	9	289	223			
Viseu	49	1.577	1.582	54	2.406	2.319	7	174	133	9	443	358
<b>Continente</b>	<b>1.287</b>	<b>49.262</b>	<b>49.715</b>	<b>977</b>	<b>45.558</b>	<b>44.943</b>	<b>288</b>	<b>7.896</b>	<b>7.453</b>	<b>491</b>	<b>10.197</b>	<b>9.444</b>

No que concerne às redes solidária e lucrativa (quadros nºs 27 e 28), constata-se que as respostas sociais da Rede Solidária (creche, lar e residência para idosos), representam 80% do total. Por sua vez, desta rede fazem parte 82% do total das creches existentes e 77% dos lares e residências para idosos. Em termos de evolução, verifica-se uma taxa de crescimento de 10% (mais 212 valências) relativamente a 1998.

Quanto à capacidade, as creches aumentaram, em média, 10%, o que corresponde a mais 4 352 lugares e a 18% de utentes, ou seja, mais 7 498 crianças, enquanto que os lares e residências para idosos aumentaram a sua capacidade em 7% (mais 2 822 lugares) e 10% de utentes (mais 3 948 idosos).

Por conseguinte, a Rede Solidária apresenta maior desenvolvimento na criação de novas creches nos distritos do Porto, Braga, Vila Real, Faro e Santarém, enquanto que na criação de lares e residências para idosos foi nos distritos de Lisboa, Braga, Aveiro, Guarda, Viseu e Coimbra, que mais se difundiu.

Relativamente à Rede Lucrativa, associada à iniciativa privada, apresenta uma taxa de crescimento de 20% (mais 127 valências), destacando-se os lares e residências para idosos que cresceram 29% (109), a que corresponde mais 2 999 lugares (42%) e 3310 utentes (54%). As creches aumentaram em média 7% (mais 18), disparando a sua capacidade para mais 596 lugares (8%) e fixando-se o número de utentes em 1 414 crianças (23%).

A iniciativa privada mostrou-se mais dinâmica na criação de lares e residências para idosos nos distritos de Lisboa, Porto e Santarém, ao passo que a criação de creches, foi mais visível nos distritos de Vila Real, Porto, Setúbal e Leiria.

Os gráficos nºs 22 e 23 mostram a evolução das respostas sociais (creche, lar e residência para idosos) das redes solidária e lucrativa, quer no que se refere ao número de valências, quer à capacidade e ao número de utentes.

**Gráfico N.º 22**

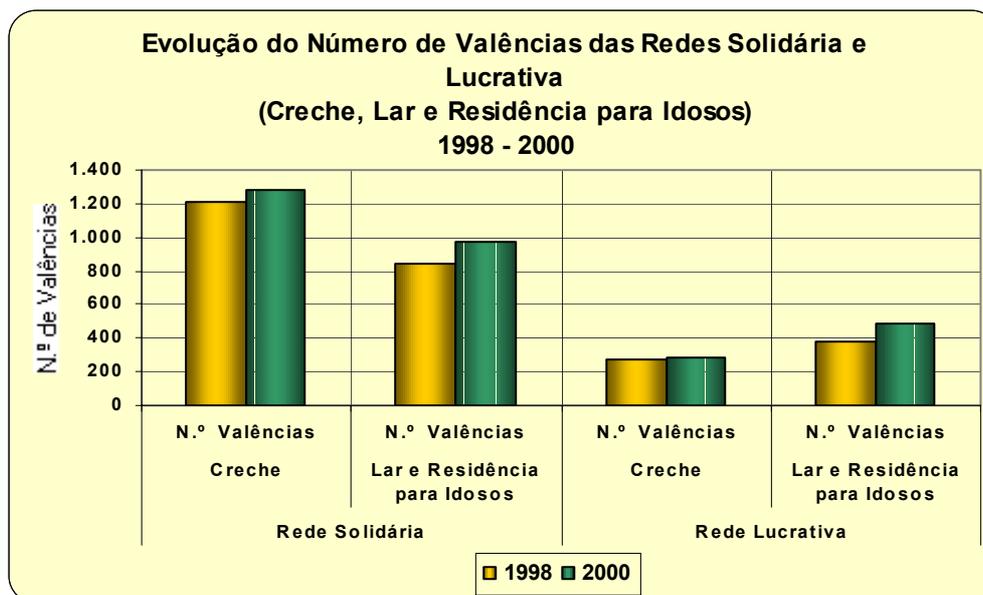
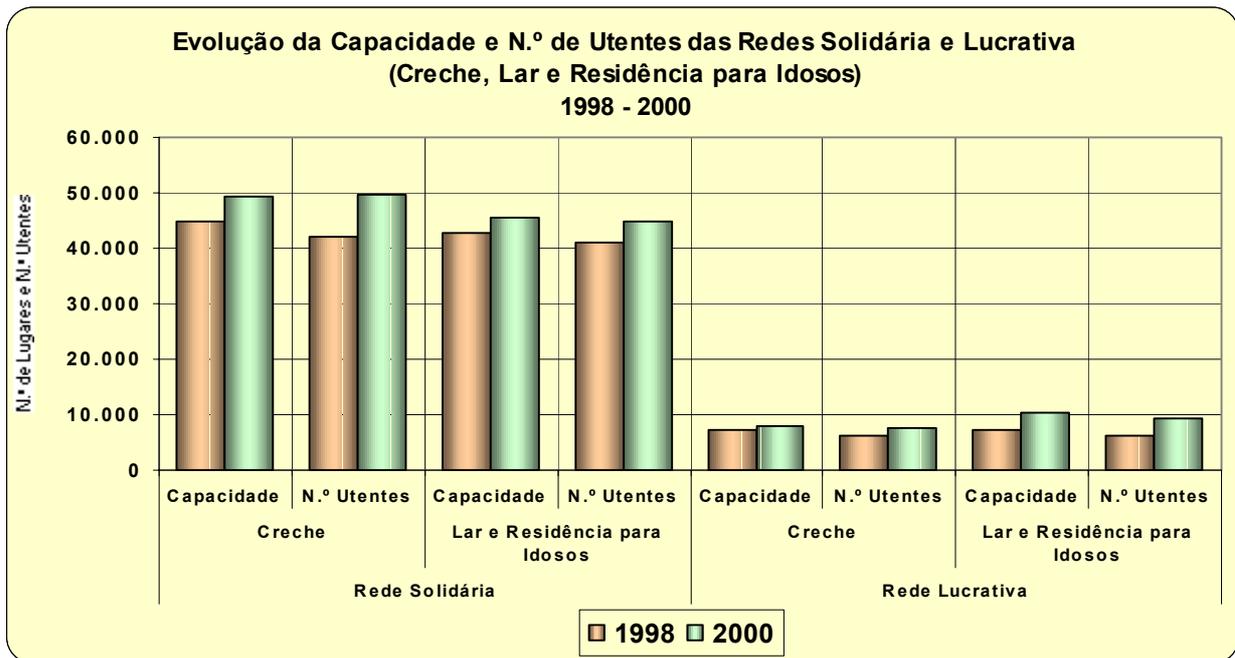


Gráfico Nº 23



## 4.4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Quadro N.º 29

NÚMERO DE UTENTES E UTENTES COM ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEGUNDO AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR DISTRITO  
(Ano de 1998)

Distrito	Áreas de Intervenção										Totais	
	Infância e Juventude		Família e Comunidade		Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência		População Idosa		Outras (a)		N.º Utentes (1+3+5+7+9)	N.º Utentes com Acordo de Cooperação (2+4+6+8+10)
	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Aveiro	15.544	13.643	1.686	40	907	588	5.542	5.650	42	0	23.721	19.921
Beja	1.506	1.382	270		404	190	3.708	2.984	0	0	5.888	4.556
Braga	16.634	14.205	316	144	1.075	791	6.531	5.826	6	7	24.562	20.973
Bragança	1.871	1.409	240	115	97	97	3.320	2.846	0	0	5.528	4.467
Castelo Branco	3.234	1.755	100		274	216	6.132	5.249	0	0	9.740	7.220
Coimbra	7.962	6.745	1.151	479	2.429	2702	7.336	6.609	137	4	19.015	16.539
Evora	4.086	2.212	717		524	260	5.671	4.407	76	30	11.074	6.909
Faro	5.654	3.591	651	458	453	404	4.559	3.855	196	28	11.513	8.336
Guarda	4.334	3.256	62		222	188	5.792	4.804	0	0	10.410	8.248
Leiria	4.129	3.441	1.437	116	424	429	5.149	4.163	0	0	11.139	8.149
Lisboa	36.408	20.004	14.419	978	5.214	2270	37.870	17.811	2082	150	95.993	41.213
Portalegre	2.034	1.460	100		78	43	4.436	3.486	0	0	6.648	4.989
Porto	18.592	12.824	3.638	1349	1.404	1267	12.987	11.346	304	0	36.925	26.786
Santarém	4.609	3.429	619	300	681	641	7.649	5.551	426	34	13.984	9.955
Setúbal	10.701	6.351	2.295	1081	381	185	14.797	6.989	310	90	28.484	14.696
Viana Castelo	2.716	2.505	196	47	182	220	2.862	3.018	50	25	6.006	5.815
Vila Real	2.200	1.573	42		169	82	2.650	2.262	0	0	5.061	3.917
Viseu	4.134	2.991	200		385	370	5.269	4.550	0	0	9.988	7.911
Continente	146.348	102.776	28.139	5.107	15.303	10.943	142.260	101.406	3.629	368	335.679	220.600

(a) Inclui as Valências para Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias, Respostas Sociais ainda não tipificadas em 1998 e Respostas para a Área da Saúde Mental.

Quadro N.º 30

NÚMERO DE UTENTES E UTENTES COM ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEGUNDO AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	Áreas de Intervenção										Totais	
	Infância e Juventude		Família e Comunidade		Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência		População Idosa		Outras		N.º Utentes (1+3+5+7+9)	N.º Utentes com Acordo de Cooperação (2+4+6+8+10)
	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação	N.º Utentes	N.º Utentes com Acordo de Cooperação		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Aveiro	16.896	15.757	3.503	1629	970	841	6.935	7.076	426	241	28.730	25.544
Beja	2.022	1.776	1.275		295	143	4.611	4.212	2	0	8.205	6.131
Braga	19.298	17.037	1.107	1545	821	765	7.954	7.092	199	103	29.379	26.542
Bragança	2.472	2.131	240	158	284	129	4.008	4.043	322	0	7.326	6.461
Castelo Branco	3.605	2.895	1	24	253	231	6.827	7.503	8	0	10.694	10.653
Coimbra	10.895	10.591	2.927	175	1.270	1448	9.473	8.153	224	83	24.789	20.450
Evora	3.365	3.000	1.813	167	451	361	6.719	6.046	114	30	12.462	9.604
Faro	6.783	5.138	6.278	968	607	465	5.209	4.475	1208	248	20.085	11.294
Guarda	4.602	4.471	200	0	338	325	8.179	6.624	0	0	13.319	11.420
Leiria	5.640	4.416	1.990	130	512	505	6.320	5.171	148	14	14.610	10.236
Lisboa	39.499	26.295	31.871	2992	5.153	3752	38.803	20.616	2109	782	117.435	54.437
Portalegre	2.688	2.405	11	100	123	114	5.213	5.271	84	0	8.119	7.890
Porto	21.853	16.331	5.410	2250	1.624	1442	15.395	12.858	339	8	44.621	32.889
Santarém	5.903	4.268	4.851	436	864	762	9.311	7.258	671	79	21.600	12.803
Setúbal	12.282	8.081	3.669	1663	501	457	19.436	9.145	581	118	36.449	19.464
Viana Castelo	3.402	3.067	365	292	289	285	3.366	3.182	75	25	7.497	6.871
Vila Real	3.254	2.868	61	865	226	222	4.480	4.032	115	0	8.136	7.987
Viseu	4.721	3.443	200	73	281	178	6.272	4.664	75	30	11.549	8.388
Continente	169.160	133.990	65.772	13.467	14.862	12.425	168.511	127.421	6.700	1.761	425.005	289.064

(a) Inclui as Valências para Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas Famílias, Respostas para a Área da Saúde Mental e Pessoas em situação de Dependência

Uma análise comparativa entre a realidade observada em 1998 e a actual, comporta uma evolução de 31% no total de utentes com acordo, ao mesmo tempo que a percentagem de utentes com acordo, em relação ao número efectivo de utilizadores, passou de 66% em 1998, para 68% em 2000.

Desagregando a análise por áreas de intervenção, constata-se que, em todas as áreas, a percentagem de utentes com acordo aumentou no ano 2000, essencialmente, nas respostas sociais para a Infância e Juventude (30%), para a Reabilitação e Deficiência (14%) e para a População Idosa (26%).

Por outro lado, se se analisar os dados em termos da evolução percentual (1998 – 2000) dos utentes abrangidos por acordos de cooperação e áreas de intervenção, verifica-se que as “Outras” áreas (inclui as valências para toxicodependentes, pessoas infectadas por VIH/SIDA e suas famílias, saúde mental e pessoas em situação de dependência), e a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência são as que registam um maior crescimento.

Gráfico N.º 24

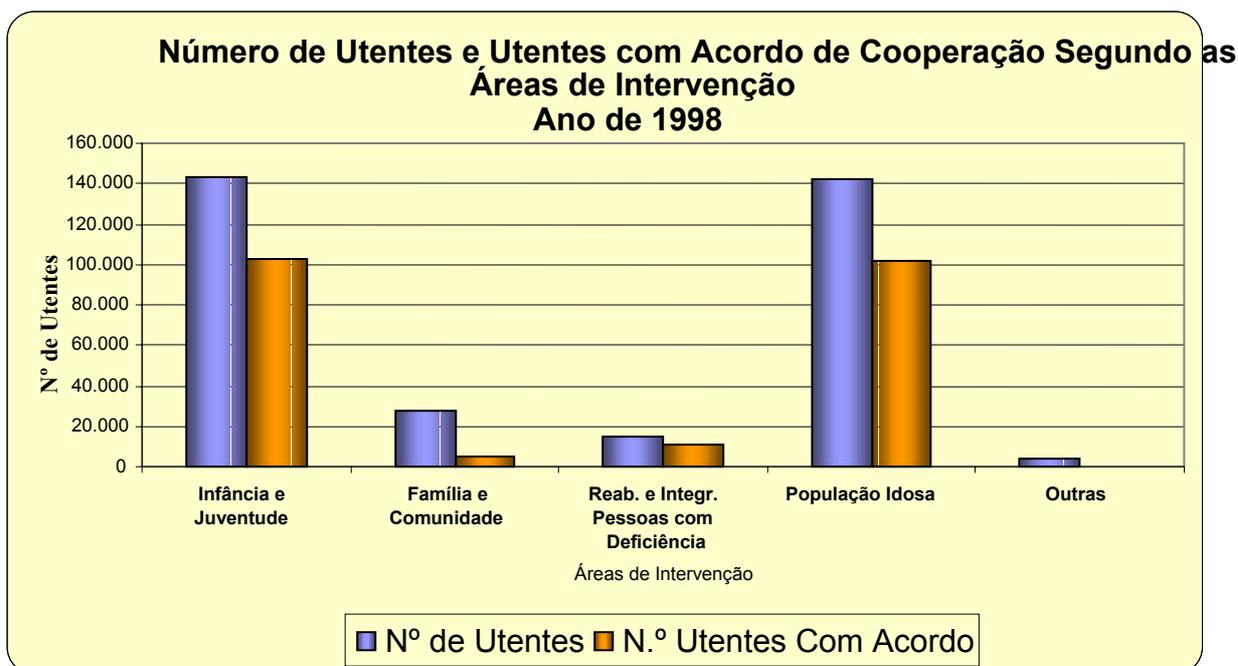
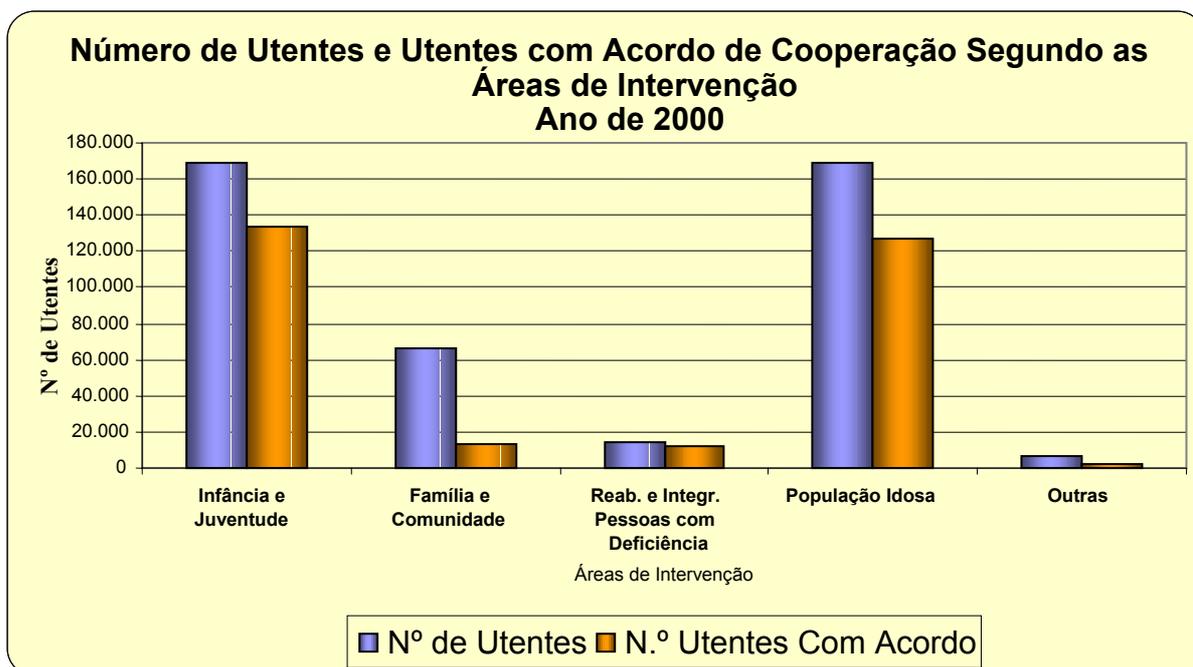


Gráfico N.º 25



#### 4.5 TAXAS DE UTILIZAÇÃO E DE COBERTURA

Quadro N.º 31

TAXA DE UTILIZAÇÃO E DE COBERTURA NA 1.ª INFÂNCIA E POPULAÇÃO IDOSA, POR DISTRITO  
(Ano de 2000)

Distrito	1.ª Infância (Creches+Amas)			População Idosa		
	Taxa de Utilização (Utentes/Capacidade)	Taxa Potencial de Cobertura (Capacidade/Pop. <3Anos)	Taxa Efectiva de Cobertura (N.º Utentes/Pop. <3Anos)	Taxa de Utilização (Utentes/Capacidade)	Taxa Potencial de Cobertura (Capacidade/Pop. >65Anos)	Taxa Efectiva de Cobertura (N.º Utentes/Pop. >65Anos)
Aveiro	108,1	25,1	27,0	95,8	8,0	7,7
Beja	97,8	22,1	21,7	85,7	15,8	13,6
Braga	94,7	22,3	21,2	89,7	10,4	9,3
Bragança	100,6	24,1	24,2	67,3	19,4	13,1
Castelo Branco	79,8	43,8	35,1	79,7	18,0	14,3
Coimbra	95,8	25,2	24,2	90,7	13,7	12,4
Evora	100,6	26,6	26,7	87,4	21,5	18,8
Faro	100,9	27,5	27,7	76,4	10,5	8,1
Guarda	81,5	41,6	34,2	89,3	22,6	20,2
Leiria	122,0	16,6	20,1	102,5	8,7	8,9
Lisboa	102,6	19,2	19,7	97,5	12,6	12,3
Portalegre	93,4	38,5	36,1	80,1	21,9	17,5
Porto	100,7	12,1	12,2	90,2	8,7	7,8
Santarém	96,1	17,8	17,3	85,7	12,7	10,8
Setúbal	104,5	19,7	20,4	127,9	15,1	19,3
Viana Castelo	100,8	16,4	16,5	91,9	8,2	7,5
Vila Real	92,8	19,3	17,9	98,7	11,7	11,6
Viseu	97,9	15,2	14,9	87,6	10,3	9,1
Continente	100,0	19,8	19,8	93,1	12,4	11,6

Passando a uma análise das taxas de utilização e de cobertura (quadro nº 31) constata-se, no que respeita à 1ª Infância que os distritos onde a situação se apresenta mais crítica em termos de sobre-utilização são: Leiria (122%), Aveiro (108%), Setúbal (105%) e Lisboa (103%). Em contrapartida, Castelo Branco regista 80% e Guarda 82%, sendo assim os distritos onde a utilização da capacidade instalada é menor.

Quanto às taxas de cobertura potencial e efectiva, a nível do Continente, os valores médios situam-se na ordem dos 20% (mapa nº 9).

São os distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, que apresentam uma taxa potencial de cobertura mais elevada e muito acima daquele valor médio, respectivamente 44%, 42% e 39%. O distrito do Porto com 12 %, destaca-se por ter uma taxa potencial de cobertura com um valor muito abaixo da média.

Quanto à taxa de utilização das respostas sociais destinadas à população idosa (Lar, Residência, Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário) situa-se, a nível do Continente, em 93%.

Numa análise a nível distrital, regista-se uma taxa de utilização mais elevada nos distritos de Setúbal (128%) e Leiria (103%), enquanto que o valor mais baixo pertence a Bragança com 67 %, seguido de Faro com 76%.

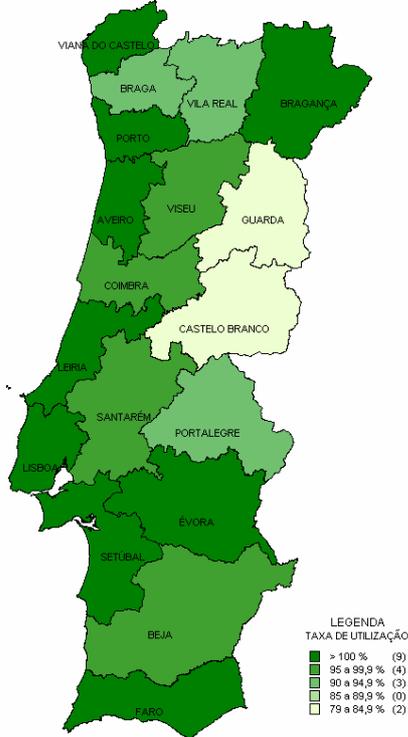
A taxa potencial de cobertura da população idosa é de 12%, a nível do Continente (mapa nº 10).

Os distritos do interior, nomeadamente Guarda (23%), Portalegre (22%) e Évora (22%), são os que apresentam maiores índices de cobertura. No extremo oposto temos Aveiro, com 8%.

Quanto à taxa efectiva de cobertura que se situa nos 12%, reflecte, tal como na 1ª infância, o nível de utilização das respostas sociais.

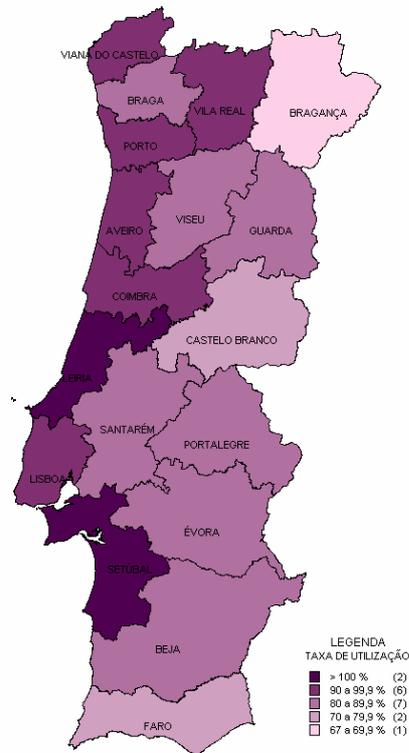
**Mapa N.º 7**

Taxa de Utilização das Respostas Sociais para a Primeira Infância  
(Creches + Amas), por Distrito  
Ano de 2000



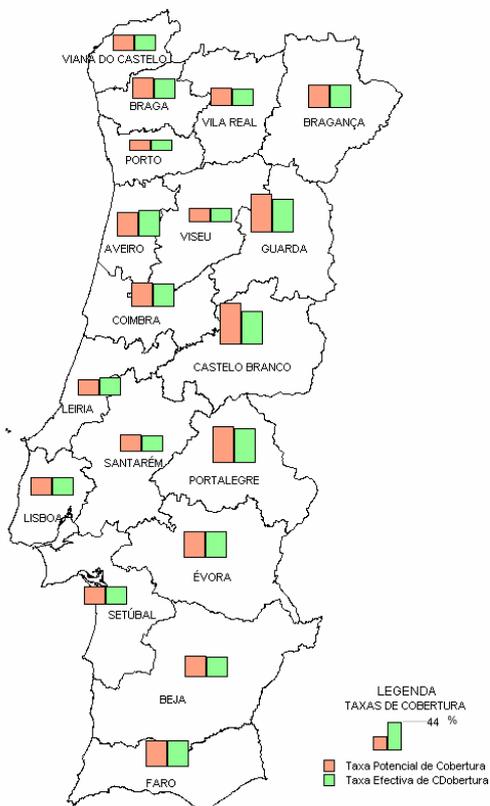
**Mapa N.º 8**

Taxas de Utilização das Respostas Sociais para a População Idosa,  
por Distrito  
Ano de 2000



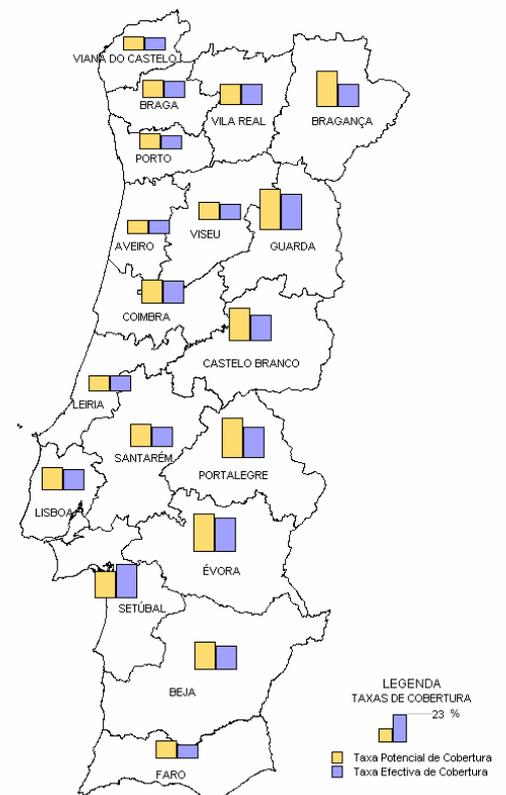
**Mapa N.º 9**

Taxas de Cobertura das Respostas Sociais para a Primeira Infância  
(Creches + Amas), por Distrito  
Ano de 2000



**Mapa N.º 10**

Taxas de Cobertura das Respostas Sociais para a População Idosa,  
por Distrito  
Ano de 2000



## POSFÁCIO

### **Não há boas políticas sem bom planeamento**

A presente edição da carta social corresponde ao trabalho de actualização (para o Ano 2000) do levantamento da rede de equipamentos e serviços sociais realizado em 1998. Pretende-se, no futuro, instituir um sistema de actualização próximo do registo automático efectuado por via administrativa, o que permitirá fazer com que só a espaços mais alargados seja necessário lançar novos inquéritos directos ao universo, no sentido de verificar a correcção e eficácia do processo.

Resulta o esforço agora feito do objectivo de tornar a carta social um instrumento vivo, e não apenas uma publicação que fique nas estantes. Cremos que tal só se consegue com informação actualizada, que possa ser verdadeiramente útil.

Útil, desde logo, para os cidadãos interessados em resolver os seus problemas e confiantes de que uma resposta com qualidade aos seus interesses possa estar disponível. Dadas as características da carta social, de que a presente publicação é apenas um resumo, qualquer pessoa pode indagar da existência, em qualquer concelho do continente, do equipamento ou do serviço que melhor se adequa às suas necessidades, recebendo simultaneamente informação sobre os custos médios, os técnicos que estão ao serviço dos equipamentos, a sua natureza pública, empresarial ou da rede de solidariedade, entre outras informações. Basta consultar a página da Net (<http://www.deppmts.gov.pt/>).

Para além do mais, na relação entre o Estado e os cidadãos, a carta social acrescenta transparência e visibilidade sobre uma rede de serviços que, indubitavelmente, por um grande número de razões que vão da conciliação entre trabalho e vida familiar até à prestação de cuidados tecnicamente qualificados em várias situações, é de grande importância para a vida das pessoas que são utentes, as suas famílias e a comunidade em geral. Cobrindo uma grande variedade de riscos numa óptica de ciclo de vida completo, os equipamentos e serviços sociais são hoje recursos indispensáveis à qualidade de vida, à coesão social e ao desenvolvimento, pelo que tudo o que se faça com vista a facilitar o acesso a eles é bem vindo. Para nós, é mesmo um dever.

Mas a carta social pode ser igualmente muito útil para os promotores dos equipamentos e serviços, tanto públicos, como empresariais, como da rede das instituições de solidariedade. Ao mostrar os níveis de cobertura de todo o território, torna evidentes as zonas de maior

carência e, portanto, ajuda a tomar decisões quanto às prioridades na promoção de novas respostas.

Outro tanto se poderia dizer de promotores de outras iniciativas, nomeadamente projectos de desenvolvimento social local, que podem planear as suas intervenções com maior conhecimento dos recursos que é possível mobilizar, bem como das carências a que devem responder. Num momento em que o país desenvolve um esforço concentrado de luta pela inclusão social, através do respectivo Plano de Acção Nacional para a Inclusão e de promoção do emprego, através do Plano Nacional de Emprego, a evidenciação dos recursos da rede pode constituir um contributo estratégico. Também o esforço de inovação no tecido produtivo pode sair beneficiado, dado que o acesso a serviços por parte das empresas e dos seus trabalhadores constitui um factor importante do investimento e um contributo para a contínua melhoria dos recursos humanos.

Para os decisores públicos, naturalmente, a carta social representa um instrumento de planeamento indispensável. Os recursos disponíveis são e serão sempre escassos. Também assim era no passado, mas a consciência da necessidade de assegurar a sustentabilidade futura das políticas sociais afirma-se agora com uma acuidade nova. Há sempre mais do que uma opção para a afectação dos recursos. Hoje em dia, o critério da eficiência é um critério-chave para aquilatar da qualidade das políticas. Não interessa só verificar se as regras administrativas são cumpridas. Nem é suficiente sequer acrescentar a esse desiderato a economia resultante da contenção orçamental. E já ninguém hoje se pode comprazer com o simples realizar de obra, em função do acaso, da oportunidade, da influência ou de outro qualquer critério. Hoje é preciso procurar tirar o máximo partido de cada investimento feito e de cada apoio concedido, dando prioridade aos problemas e aos locais onde as necessidades são maiores. É preciso, para além disso, mostrar com clareza que esse critério se pratica.

Ora, a carta social vem permitir, precisamente, introduzir racionalidade no processo de decisão – e a racionalidade é também uma condição da imaginação e da energia criadora que permite responder aos problemas emergentes -, mostrando onde se situam as prioridades. Vem ainda aumentar a possibilidade de que qualquer instituição ou qualquer cidadão acompanhe os resultados produzidos pelas políticas em acção, podendo aquilatar por essa via da qualidade da decisão.

Como tive oportunidade de dizer na primeira edição da carta social, ela só foi possível, também nesta actualização, com a colaboração de uma diversidade de agentes, que

incluem os promotores e gestores dos equipamentos, a União das IPSS, a União da Misericórdias, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Freguesias, os técnicos que trabalham nas diferentes valências, os técnicos do ISSS, do DEPP e dos diferentes Centros Distritais, entre outros. Mas também gostaria hoje de repetir a minha convicção de que a qualidade do produto que agora se apresenta e a correcção das lacunas que certamente possuirá só será possível com a colaboração de todos. Desde logo, com a utilização que espero lhe seja dada de forma intensiva.

**Luís Capucha**

Director-Geral do Departamento de Estudos, Prospectiva e  
Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

## ANEXOS

## **NOMENCLATURAS E CONCEITOS**

(Despacho de Aprovação do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro exarado em 06.11.2000)

### ***Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens***

#### ***Primeira e Segunda Infância***

##### *Ama*

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

##### *Creche Familiar*

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

##### *Creche*

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

##### *Estabelecimento de Educação Pré-Escolar*

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

## **Actividades de Tempos Livres**

### Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

*Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).*

## **Crianças e Jovens em Situação de Risco**

### Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem.

### Centro de Acolhimento Temporário - CAT<sup>1</sup>

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

### Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

---

<sup>1</sup> Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

### Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

### Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem.

(Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro).

### Adopção

Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando.

(Baseado no artigo 1586 do Código Civil).

## **Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência**

### ***Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral***

#### Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.

#### *Apoio em Regime Ambulatório*

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança / jovem / adulto / família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

#### *Centro de Produção de Material*

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

#### *Imprensa Braille*

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

#### *Transporte de Pessoas com Deficiência*

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

### **Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência**

#### *Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família*

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

### Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- a) Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- b) Potenciar a melhoria das interacções familiares;
- c) Reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência. (Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto).

### Centro de Apoio Sócio-Educativo<sup>2</sup>

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

### Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

---

<sup>2</sup> A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.

## ***Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência***

### **Centro de Actividades Ocupacionais - CAO**

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- ♦ Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- ♦ Facilitar a sua integração social;
- Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

### **Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira**

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

### **Lar Residencial**

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

### **Serviço de Apoio Domiciliário**

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro).

### **Acolhimento Familiar**

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verificarem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

#### Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

### ***Serviços e Equipamentos para Idosos***

#### Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

#### Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

#### Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

### Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

### Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e / ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º62/99, de 12 de Novembro).

### Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verifiquem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;
- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

### Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

### Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no

domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

## **Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade**

### Atendimento / Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

### Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

### Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

### Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

### Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

### Refeitório / Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

### Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

### Ajuda Alimentar a Carenciados

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

## **Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes**

### Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

### Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da

área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

## **Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias<sup>3</sup>**

### *Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial*

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

### *Serviço de Apoio Domiciliário*

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

### *Residência*

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

## **Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico**

### *Fórum Sócio-Ocupacional*

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

---

<sup>3</sup> As respostas sociais em equipamentos e serviços, desde que devidamente adaptadas à problemática da SIDA, respondem de forma adequada aos problemas que afectam pessoas e famílias. Não há necessidade de respostas só para a SIDA, defendendo-se o alargamento das já existentes a pessoas e famílias afectadas pelo VIH/SIDA. Pretendem-se respostas de base comunitária e integradas.

#### Unidade de Vida Apoiada - UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

#### Unidade de Vida Protegida - UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

#### Unidade de Vida Autónoma - UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonômica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

### **Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência**

#### Apoio Domiciliário Integrado - ADI

É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

#### Unidade de Apoio Integrado - UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados

temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

1- Nota introdutória

2 - Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos sociais

2.1 - Entidades proprietárias

- ♦ Número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 1
- ♦ Número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, por distrito (Ano 2000) - Gráfico n.º 1
- ♦ Evolução do número de entidades proprietárias, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadro n.º 2
- ♦ Distribuição das entidades proprietárias segundo a natureza jurídica (Ano 1998) - Gráfico n.º 2
- ♦ Distribuição das entidades proprietárias segundo a natureza jurídica (Ano 2000) - Gráfico n.º 3

2.2 - Equipamentos sociais

- ♦ Número de equipamentos, segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 3
- ♦ Número de equipamentos segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias, por distrito (Ano 2000) - Gráfico n.º 4
- ♦ Evolução do número de equipamentos, segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadro n.º 4
- ♦ Distribuição dos equipamentos segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias (Ano 1998) - Gráfico n.º 5
- ♦ Distribuição dos equipamentos segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias (Ano 2000) - Gráfico n.º 6

2.3 - Equipamentos e valências por áreas de intervenção

- ♦ Número de equipamentos e valências, segundo as áreas de intervenção, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 5

- ♦ Número de valências segundo as áreas de intervenção, por distrito (Ano 2000) - Gráfico n.º 7
- ♦ Distribuição percentual da população, equipamentos e valências, por distrito (Ano 2000) – Gráfico n.º 8
- ♦ Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho (Ano 2000) - Mapa n.º 1
- ♦ Número de equipamentos e valências, novos e encerrados, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 6
- ♦ Número de equipamentos novos e encerrados (Ano 2000) - Gráfico n.º 9
- ♦ Número de valências novas e encerradas (Ano 2000) - Gráfico n.º 10

### 3 - Financiamento dos equipamentos sociais

#### 3.1 - Financiamento para investimento

- ♦ Evolução do investimento, por distrito, PIDDAC - Equipamentos sociais (Anos 1995 - 2000) - Quadro n.º 7
- ♦ Evolução do investimento PIDDAC - Equipamentos sociais (Anos 1995 - 2000) - Gráfico n.º 11
- ♦ Evolução do investimento por áreas de intervenção PIDDAC - Equipamentos sociais - Quadro n.º 8
- ♦ Evolução do investimento por áreas de intervenção, PIDDAC - Equipamentos sociais (Anos 1995 - 2000) - Gráfico n.º 12
- ♦ Número de equipamentos, segundo as fontes de financiamento utilizadas, para construção, remodelação ou adaptação de instalações, por distrito (Situação em 2000) - Quadro n.º 9
- ♦ Número de equipamentos, segundo as fontes de financiamento utilizadas, para construção, remodelação ou adaptação de instalações, (Situação em 2000) - Gráfico n.º 13

#### 3.2 - Financiamento para funcionamento

- ♦ Evolução da comparticipação da segurança social às instituições, por resposta social e utente (Anos 1995 - 2001) - Quadro n.º 10
- ♦ Evolução da comparticipação da segurança social às instituições, por resposta social e utente (Anos 1995 - 2001) - Gráfico n.º 14

- ♦ Financiamento total do funcionamento da rede de serviços e equipamentos, por áreas de intervenção (Anos 1995 - 2000) - Quadro n.º 11
- ♦ Financiamento total do funcionamento da rede de serviços e equipamentos, por áreas de intervenção (Anos 1995 - 2000) - Gráfico n.º 15
- ♦ Financiamento total do funcionamento da rede de serviços e equipamentos (Anos 1995 - 2000) - Gráfico n.º 16
- ♦ Financiamento do funcionamento da rede de serviços e equipamentos, por áreas de intervenção - Acordos de Cooperação (Anos 1995 - 2000) - Quadro n.º 12
- ♦ Financiamento do funcionamento da rede de serviços e equipamentos, por áreas de intervenção - Acordos de Cooperação (Anos 1995 - 2000) - Gráfico n.º 17

#### 4 - Análise das respostas sociais por áreas de intervenção

##### 4.1 - Distribuição espacial das respostas sociais

- ♦ Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção, (Ano 2000) - Mapa n.º 2

##### 4.2 - Valências, capacidades e utentes

- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes, segundo as áreas de intervenção, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 13 e 14
- ♦ Taxas de crescimento do número de valências, capacidade e número de utentes (variação 2000/1998) - Gráfico n.º 18
- ♦ Evolução do número de valências por áreas de intervenção (Anos 1998 - 2000) - Gráfico n.º 19
- ♦ Evolução da capacidade instalada por áreas de intervenção (Anos 1998 - 2000) - Gráfico n.º 20
- ♦ Evolução do número de utentes por áreas de intervenção (Anos 1998 - 2000) - Gráfico n.º 21

##### 4.2.1 - Área da infância e juventude

- ♦ Distribuição espacial das valências para a área da infância e juventude, por concelho (Ano 2000) - Mapa 3

- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes para a área da infância e juventude, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 15 e 16
- ♦ Amas e acolhimento familiar para a área da infância e juventude, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 17

#### 4.2.2 - Área da família e comunidade

- ♦ Distribuição espacial das valências para a área da família e comunidade, por concelho (Ano 2000) - Mapa n.º 4
- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes para a área da família e comunidade, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 18 e 19

#### 4.2.3 - Área da reabilitação e integração de pessoas com deficiência

- ♦ Distribuição espacial das valências para a área da reabilitação e integração de pessoas com deficiência, por concelho (Ano 2000) - Mapa n.º 5
- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes para a área da reabilitação e integração de pessoas com deficiência, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 20 e 21

#### 4.2.4 - Área da população idosa

- ♦ Distribuição espacial das valências para a área da população idosa, por concelho (Ano 2000) - Mapa n.º 6
- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes para a área da população idosa, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 22 e 23

#### 4.2.5 - Áreas da toxicodependência e das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e suas famílias

- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes para as áreas da toxicodependência e das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e suas famílias, por distrito (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 24 e 25

#### 4.2.6 - Áreas da saúde mental e das pessoas em situação de dependência

- ♦ Número de valências, capacidade instalada e número de utentes para as áreas das pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e das pessoas em situação de dependência (Ano 2000) - Quadro n.º 26

#### 4.3 - Redes solidária e lucrativa

- ♦ Evolução do número de valências, capacidade instalada e número de utentes, das redes solidária e lucrativa, por distrito (creche, lar e residência para idosos) (Anos 1998 - 2000) - Quadros n.ºs 27 e 28
- ♦ Evolução do número de valências das redes solidária e lucrativa (creche, lar e residência para idosos) - (Anos 1998 - 2000) - Gráfico n.º 22
- ♦ Evolução da capacidade e número de utentes das redes solidária e lucrativa (creche, lar e residência para idosos) - (Anos 1998 - 2000) -Gráfico n.º 23

#### 4.4 - Acordos de cooperação por áreas de intervenção

- ♦ Evolução do número de utentes e utentes c/ acordo de cooperação, segundo as áreas de intervenção, por distrito (Anos 1998 - 2000) -Quadros n.ºs 29 e 30
- ♦ Evolução do número de utentes e utentes com acordo de cooperação, segundo as áreas de intervenção (Anos 1998 - 2000) - Gráficos n.ºs 24 e 25

#### 4.5 - Taxas de utilização e de cobertura

- ♦ Taxas de utilização e de cobertura na 1ª infância e população idosa, por distrito (Ano 2000) - Quadro n.º 31
- ♦ Taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância (creches e amas), por distrito (Ano 2000) - Mapa n.º 7
- ♦ Taxa de utilização das respostas sociais para a população idosa, por distrito (Ano 2000) - Mapa n.º 8
- ♦ Taxas de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância (creches e amas), por distrito (Ano 2000) - Mapa n.º 9
- ♦ Taxas de cobertura das respostas sociais para a população idosa, por distrito (Ano 2000) -Mapa n.º 10

## Ficha Técnica

Título: **CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2000**

Coordenação: **João Gonçalves**

Autores: **Ana Cristina Martins, Eugénio Ramos, Florbela Guerra,  
Irene Miralto, José Miguel Nogueira, Petra João, Rosália Silveira**

Coordenação Editorial: **Eugénio Ramos, Graciete Rodrigues**

Colaboração: **DGSSS – Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social  
ISSS – Instituto da Solidariedade e Segurança Social**

Apoio Informático: **Ana Gil, José Madeira, Paulo Granadas**

Secretariado: **Paula Espadinha**

Propriedade: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Editor: **DEPP – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento**

Supervisão da Edição: **Orlando Ré**

Preço: 802\$00 – €4,00 (IVA incluído)

Capa: **Niels Fischer**

Tiragem: 1000 exemplares

*O DEPP reserva todos os direitos de edição, segundo a lei em vigor.  
A reprodução parcial carece de autorização prévia e obriga à indicação da origem.*

**Lisboa, Dezembro de 2001**